Capítulo 5

Novidade e negação do Movimento de *Pobladores* na Ditadura Militar Chilena

Alexis Cortés

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORTÉS, A. Novidade e negação do Movimento de Pobladores na Ditadura Militar Chilena. In: *Favelados e pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 251-330. Sociedade & política collection. ISBN: 978-85-7511-477-3. <https://doi.org/10.7476/9788575114773.0006>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 5

NOVIDADE E NEGAÇÃO DO MOVIMENTO DE POBLADORES NA DITADURA MILITAR CHILENA

Com o golpe militar de 1973 que derrubou o governo do presidente Salvador Allende, terminou-se um processo ascendente de lutas populares que encontrou nos *pobladores* um dos atores principais. O que aconteceu com aquele movimento social que chegou a representar, para parte importante das ciências sociais, uma nova forma da luta de classes e um agente decisivo no processo revolucionário chileno?

Uma parcela significativa do aparelho repressivo da ditadura militar dedicou-se à desmontagem dos partidos populares e das organizações sociais que sustentaram as mudanças executadas no período anterior. Alguns dos principais dirigentes do Movimento de *Pobladores* foram presos, executados ou feitos desaparecer. Acompanhou esta política seletiva de repressão, uma série de ações coercitivas de caráter massivo contra os pobladores: invasões policiais, cercos de bairros populares, detenções massivas, sequestros, destruição e roubo de objetos pessoais e domésticos dos *pobladores* em cada intervenção repressiva (COMITÉ DE MEMORIA HISTÓRICA, 2005). Ante este cenário desolador, as ciências sociais se abriram a interpretações mais cétricas que questionaram o potencial político dos pobladores. As seguintes palavras poderiam sintetizar de boa maneira o clima intelectual de começos da década de 1980 no Chile em relação a este ator popular: “Olhando o presente do setor, resulta difícil acreditar que mobilizações de tal

magnitude tivessem lugar. As expectativas de uma reativação parecem se desmanchar frente à dura realidade do momento presente... Os *pobladores* parecem optar por soluções individuais” (ESPINOZA, 1982, p. 42).

Porém, com o primeiro protesto social convocado pela oposição, via um sindicato de mineração, em 1983, os atores populares entraram em cena novamente. A convocatória foi ampla e massiva. Participaram os sindicatos, a classe média, os estudantes, mas, para surpresa de muitos, o foco onde estas manifestações encontraram mais eco foi nos bairros populares, nas *poblaciones*. Com isso, o Movimiento de *Pobladores* recuperou protagonismo e as ciências sociais se reencontraram massivamente com este velho conhecido.

No 11 de maio de 1983 se realizou o Primeiro Protesto Nacional com ampla participação dos setores *poblacionales*. Nele explode a força contida por anos e se faz visível a capacidade de mobilização social urbana. Trata-se de um fato urbano de proporções, que modifica as condições gerais em que vive a sociedade. Até então, os *pobladores* organizados eram uma pequena minoria, enquanto a grande maioria se mantinha marginalizada. A rua volta a ser um lugar privilegiado de expressão dos conflitos sociais (VALDÉS, 1986, p. 299).

Embora houvesse estudos sistemáticos sobre as *poblaciones* chilenas desde finais da década de 1970, com a conjuntura aberta em 1983 pelos protestos, o interesse da academia pelos *pobladores* ganhava status estratégico. Não seria totalmente justo afirmar que as ciências sociais redescobriram o movimento de *pobladores*, pois, como dito, houve importantes pesquisas que se ocuparam de descrever a situação socioeconômica dos moradores de *poblaciones*, assim como de compreender as incipientes, mas significativas, organizações de sobrevivência sustentadas com auxílio mútuo que os setores populares estavam desenvolvendo, principalmente com

incentivo da Igreja Católica, para enfrentar a crise econômica provocada pelo ajuste estrutural realizado pela ditadura para instalar o neoliberalismo no Chile (MARSHALL, 1982). Porém, a diferença foi que, com o protagonismo político recuperado pelos protestos, agora as ciências sociais se reencontravam com o movimento de *pobladores* para discutir e qualificar o possível papel que lhe caberia na eventual recuperação da democracia.

Assim, ante a recomposição do movimento deixada em evidência pelos protestos, os estudiosos da questão *poblacional* se debateram entre leituras ineditistas e negacionistas do Movimento de *Pobladores*, ou seja, interpretaram a ação coletiva dos *pobladores* como uma nova promessa potencialmente democratizadora ou, num tom mais cético, questionaram a capacidade dos *pobladores* de estabelecerem uma crítica global e articulada contra a ditadura, ou seja, duvidaram de sua capacidade de expressar um projeto político. O autor de referência de ambas as perspectivas foi Alain Touraine, e o ponto de início destes novos esforços analíticos foi o questionamento da anterior escola que hegemonizou a compreensão dos *pobladores*, a leitura dos Movimentos Sociais Urbanos. Segundo Touraine (1987, p. 219), “é falso – como se pensou nos anos 1960 – que existam movimentos urbanos de *pobladores* hiper-radicalizados. Este exército de reserva da revolução, em efeito, não se mobilizou nem no ano 64 no Brasil, nem no 66 ou 67 na Argentina, nem no ano 73 no Uruguai ou Chile”.

Em relação às elaborações sobre o Movimento Favelado feitas no Brasil, existirá uma continuidade de tópicos: promessa democrática, autonomia, força da periferia, Educação Popular, cultura popular, democracia de base etc. Porém, uma grande diferença entre o Chile e o Brasil será que, neste último país, boa parte das discussões se realizarão a partir ou contra Manuel Castells, enquanto no Chile este autor perderá centralidade nas referências e será assumido como uma leitura superada.

Por que Castells não é retomado nas discussões sobre o Movimento de *Pobladores* durante a ditadura chilena? O peso da sua análise sobre os *pobladores* durante a Unidade Popular é possível que tenha dificultado a recepção de suas reflexões posteriores, mais próximas das teorias da transição democrática com protagonismo popular, onde o potencial revolucionário está muito mais atenuado e matizado que no período de sua produção chilena. Depois de tudo, a existência da ditadura e a incapacidade do movimento popular para deter ou resistir ao Golpe de Estado representou uma prova empírica do exagero de algumas das principais teses de Castells. Porém, é possível que sua perda de influência obedeça também a uma estratégia de legitimação de uma leitura ineditista do Movimento de *Pobladores*, que exigia uma ruptura com a tradição intelectual pré-73. Por outro lado, o fato da própria teoria dos Movimentos Sociais Urbanos ter sido permeada crescentemente pela teoria dos Novos Movimentos Sociais de Touraine, contribuiu para ampliar a hegemonia quase monopólica, em termos teóricos, de Alain Touraine. Referindo-se precisamente a essa mudança na proposta de Castells, o autor de *Palavra e Sangue* afirmará que:

M. Castells – cujos importantes trabalhos foram com frequência invocados pelos defensores da tese da orientação revolucionária dos *pobladores* –, na realidade, sempre apresentou suas conclusões de forma mais prudente, observando que os movimentos só exerciam influência sobre as *poblaciones* se eram capazes de resolver os problemas quotidianos da comunidade e negociar com o Estado. Mas, além desta prudência, deve-se observar que as lutas dos *pobladores* nunca são fortemente articuladas com lutas políticas, e M. Castells, mais recentemente, reconheceu, com uma admirável honestidade intelectual, os erros daqueles que acreditavam na capacidade revolucionária dos excluídos (TOURAINÉ, 1989, p. 272).

A influência de Touraine marcou em boa medida o tom das interpretações que se desenvolveram na academia chilena durante a década de 1980, e foi a partir dos parâmetros definidos na sua teoria que se definiu a condição ou inexistência do Movimento Social dos *pobladores*. Nesse marco, a renovação do campo de estudos do *poblacional* foi ampla e rica. Instituições como FLACSO, SUR, ECO, ILET e PET transformaram as *poblaciones* num locus prioritário do estudo do popular. A maior parte destas instituições possuíam um financiamento internacional, o que as protegeu das intervenções que a ditadura militar fez nas universidades chilenas. Muitos dos acadêmicos exonerados e perseguidos encontraram um refúgio intelectual nestes centros de pensamento independente. Isto permitiu uma produção acadêmica relativamente autônoma e, em certa medida, resguardada dos vaivéns políticos autoritários de uma ditadura que por esses anos empreendia o dismantelamento da institucionalidade acadêmica que outorgou ao Chile uma posição de liderança na produção de pensamento crítico na América Latina no passado.

Em traços muito gerais, o campo de estudos dos *pobladores* se dividiu em três grandes blocos interpretativos: a leitura comunitarista, a do antimovimento social e a espacialista. Todas elas destacaram a importância alcançada pelos *pobladores* no contexto ditatorial, porém a ponderação sobre as capacidades de sua ação coletiva para definir as condições de recuperação da democracia será o que as diferenciará. Poderia se afirmar que o principal (não o único) veículo de divulgação destas interpretações foi a revista *Proposiciones* de SUR, onde publicaram os resultados de pesquisa e seus artigos, os principais autores do campo dos estudos *pobla-cionales*. A revista *Proposiciones* preencheu o vazio deixado na área pela revista *EURE*, agora dependente do Instituto de Estudos Urbanos e Regionais da PUC-Chile, a qual redefiniu sua política editorial depois do Golpe de Estado (JAJAMOVICH, 2015). Particularmente exemplar, neste sentido, foi a polêmica ao interior de

SUR entre o grupo de sociólogos que aplicou a teoria e os métodos de estudo de Touraine para analisar o movimento de *pobladores* (TIRONI et al., 1986) e o historiador Gabriel Salazar ([1990] 2006), pois esta controvérsia mostrará com mais clareza como a construção teórica do movimento de *pobladores* foi permeada pela conjuntura política da transição democrática.

Neste capítulo, serão revisitados os principais autores destas três grandes tendências, assim como as principais convergências e disputas deste reencontro das ciências sociais com o sujeito *poblador*.

O Movimento de *Pobladores* como movimento comunitário

O reencontro das ciências sociais chilenas com o Movimento de *Pobladores* está marcado pelo surgimento das leituras comunitaristas, ou seja, interpretações que destacavam a conformação de uma rede de relações sociais no interior das *poblaciones* sustentadas em valores, tais como: a solidariedade, a autoajuda e a organização. Esta reativação das solidariedades sociais no mundo popular é vista como potencialmente criadora de uma nova forma de fazer política. Sua novidade estaria dada pela capacidade de construir uma força autônoma da tutela dos partidos, pois as organizações surgem ante o agravamento das condições econômicas da crise e do fechamento dos canais tradicionais de intermediação (no caso, os partidos). A leitura comunitarista valorizava também as experiências locais e as trajetórias biográficas dos seus protagonistas (QUINTANILLA, 1990). A recuperação da história local forma parte do esforço comunitário de construção de um “nós”, (MOULIAN e DE WOLF, 1990; PAIVA, 1989) e a sistematização do saber e da experiência popular alimenta a noção do comunitário.

O que estava em curso, para estes novos intérpretes do *poblacional*, era “uma transição invisível” (GARRETÓN, 1987), ou seja, um fenômeno de redemocratização da sociedade através

da reorganização dos sujeitos e atores sociais na base. O início dos protestos populares em 1983, com destacado protagonismo do mundo *poblacional*, determinou uma conjuntura onde a oposição parecia recuperar a iniciativa e onde se fortaleciam projetos políticos democratizadores sustentados na mobilização popular. A irrupção de uma força acumulada nas *poblaciones* visibilizou as organizações que estavam sendo criadas desde a década de 1970 para enfrentar a tarefa de sobrevivência econômica ante a instauração de um Estado antissocial que marginalizava um importante setor da sociedade. Principalmente articuladas em torno da Igreja, uma série de instituições de apoio vinham estimulando a organização popular desde o início da ditadura.

Os protestos populares de 1983 mudaram a conjuntura política e visibilizaram novamente os *pobladores*, porém a recomposição do tecido popular começou desde cedo. Sobretudo a Igreja Católica, já em 1973, iniciou o processo de estímulo da reorganização do mundo popular. Daniela Sánchez (1987) distinguirá três etapas da relação entre instituições externas e a ação *poblacional* entre 1973 e 1981. A primeira (1973-76), é um período de emergência frente ao Golpe dominado por uma dinâmica reativa e de denúncia, destacando-se as organizações de defesa dos direitos humanos. A Igreja funda o Comitê de Cooperação pela paz no Chile como uma resposta ante a repressão e ante as necessidades urgentes de assistência: fome, desemprego e saúde. A segunda etapa (1976-78), está marcada pela aplicação de um novo modelo de desenvolvimento por parte da ditadura: a implementação de uma política de choque neoliberal que atinge os *pobladores*, que recebem uma maior recepção, por parte das instituições externas, frente a suas problemáticas. Há um maior apoio à organização popular, observa-se o surgimento de um conjunto de iniciativas de subsistência e ajuda recíproca e de uma rede de organizações populares com apoio institucional externo: refeitórios populares, *bolsas* de desempregados, oficinas produtivas, centros de apoio escolar,

bibliotecas e grupos juvenis, grupos de familiares de *Detenidos Desaparecidos*, comissões de moradia etc. Em 1976, a Igreja Católica cria a *Vicaria da Solidaridade*, organismo fundamental de defesa dos direitos humanos e de apoio ao mundo popular. O *poblador* é valorado pelas instituições eclesiais como sujeito, sendo outorgada importância ao seu testemunho e sua experiência transformada na principal forma de conhecimento frente à orfandade de análises das ciências sociais. A terceira etapa (1978-81) foi caracterizada pela resposta à institucionalização da ditadura e seu regime econômico, onde fenômenos como o desemprego adquiriram traços permanentes. Assim, aparecem novas dinâmicas organizativas: comitês de fornecimento, oficinas *poblacionales*, equipes de saúde, assim como organizações mais reivindicativas (habitação), e até se produzem tentativas de tomadas de terrenos, que são fortemente reprimidas. Começam a aparecer mais instituições externas não confessionais, cuja ênfase está dada na capacitação de acordo às demandas das organizações populares, valoriza-se a pedagogia da ação, a educação e o desenvolvimento de capacidades próprias.

A proscrição da atividade política levou a que a Igreja Católica assumisse papéis e funções políticas de primeira linha (CANCINO, 1997), primeiro mediante a defesa dos Direitos Humanos, mas também servindo como uma espécie de “escudo protetor” do mundo *poblacional* e como principal fonte de apoio logístico e humano para a reconstrução do tecido social popular das *poblaciones* (OXHORN, 2004). A recomposição do Movimento de *Pobladores* durante a ditadura não teria sido possível sem o papel de uma série de sacerdotes e freiras operárias, assim como de ativistas e educadores populares ligados à Igreja que fizeram da opção preferencial pelos pobres a principal guia do seu evangelho (JORDÁ SUREDA, 2001; SANTAPAU, 2005; VEIT STRASSNER, 2006).

Segundo Pozo (1983), houve uma constelação de valores comuns ao conjunto de instituições voltadas para o mundo po-

pular, que consideravam a ordem sociopolítica imperante como ruim, injusta, autoritária e opressora. Ao mesmo tempo, com esse ponto de partida, afirmava-se outra ordem: justa, democrática e boa. Nesse quadro, a pesquisa e trabalho nas *poblaciones* se tornava um gesto de esperança, uma tentativa de “buscar-entregar” sentido. Em outras palavras, nas instituições se afirmava a vontade de redemocratização da sociedade chilena, e trabalhava-se com *pobladores*, porque eram considerados como agentes de mudança social e da redemocratização desejada. Portanto, uma das características das leituras comunitaristas será seu otimismo sobre o papel que poderia hipoteticamente jogar o mundo popular no término da ditadura militar. Porém, com o fortalecimento da via negociadora de transição à democracia sobre a via mobilizante, após o fracasso de uma série de ações chaves para esta última (atentado a Pinochet, internação de armas, redução dos protestos), as leituras sobre o movimento de *pobladores* ficarão mais céticas, mesmo no interior das interpretações comunitaristas.

Nas suas versões mais otimistas, para alguns autores (KRIÉS, 1983), o movimento social na ditadura estabelecia uma nova relação com o mundo da política, abrindo novas possibilidades para um projeto socialista, uma vez que ele seria uma resposta da base. Um movimento molecular no qual o povo teve que aprender a confiar em suas próprias forças ante a ausência dos partidos populares, rejeitando as relações de dependência com os partidos, não tolerando manipulações ou organizações rígidas. Particularmente, o Movimento de *Pobladores* mostrava com sua prática a busca de um projeto histórico-social alternativo de caráter participativo e libertário, surgido das organizações e, a partir da base, sustentado em práticas democráticas e na valoração das relações interpessoais diretas, estabelecendo como objetivo também o desenvolvimento pessoal, a rotatividade de funções e a autonomia frente às instituições de apoio. Porém, a diminuição da influência dos trabalhadores sindicalizados e dos partidos de esquerda trazia também inter-

rogantes sobre a construção de uma visão totalizadora do projeto alternativo para criar uma nova hegemonia social.

Estaríamos diante de um novo tipo de rebeldia, da expressão de um conflito social de nova espécie, onde os protagonistas não seriam apenas os operários, mas os marginalizados, e onde o palco já não seria a indústria, mas a rua e a *población* (BASTÍAS e BENAVIDES, 1986). Frente a uma nova modalidade de acumulação capitalista que não assegurava o mínimo de reprodução da mão de obra, os marginalizados respondiam com “rebeldia primitiva”, com brotos espontâneos de cólera. O pobre ficava sem mecanismos civilizados de inserção, tendo que apelar a atividades expropriativas para sua subsistência: saques, tomadas, conexão ilegal a serviços (eletricidade, água etc.). Também se desenvolvia uma economia popular de subsistência e se consolidavam mecanismos informais de inserção baseados na solidariedade individual e familiar típicos das classes populares. O viés negativo é também o aumento de fenômenos como a prostituição, o vício em drogas e a delinquência juvenil.

O ponto de partida destas interpretações será duplo. Por um lado, se realizou uma série de pesquisas para compreender, diagnosticar e quantificar o que se entendia como uma nova forma de pobreza, baseada na exclusão e marginalização de setores específicos da população que se concentravam nas *poblaciones* e *campamentos*, processo que seria o resultado do ajuste estrutural propiciado pelo regime através da aplicação das receitas neoliberais como novo modelo econômico. Por outro, realizavam-se estudos sistemáticos que examinavam as estratégias de sobrevivência dos setores populares para enfrentar os ajustes neoliberais que fizeram dos *pobladores* o setor mais atingido negativamente por essas medidas. Começam a ser estudadas as Organizações Econômicas Populares (OEP) como átomo base do novo movimento de *pobladores* e como eixo central das novas leituras sobre este ator social.

A pesquisa da equipe de Razeto (1990) sobre as OEPs, publicada pela primeira vez em 1983, será pioneira nesse sentido.

A aplicação do modelo neoliberal teria introduzido novas dimensões ao debate da marginalidade, redefinindo o conteúdo de variáveis estruturais, particularmente na constituição dos mercados de trabalho que configuravam os setores urbano-marginais (MORALES, 1982). O processo de desindustrialização e terciarização da economia, promovida pela ditadura, teria alterado a estrutura do emprego, incrementando o subemprego e as taxas de desemprego. A criação de programas de emprego mínimo ou de emergência por parte do governo são um bom reflexo disso: neles os trabalhadores (a maior parte moradores de *poblaciones*) recebiam um salário menor que o mínimo legal para a realização de trabalhos nas municipalidades (limpezas de praças, manutenção de infraestrutura etc.). A instabilidade passou a ser um traço típico da estrutura de emprego, o que, adicionado à focalização das políticas públicas direcionadas à extrema pobreza, com forte ênfase assistencial, e à desarticulação das organizações sociais, configuraram um deterioramento sistemático e acelerado das condições de vida da população em geral: níveis de renda, consumo etc. Deterioramento que se acentuava entre os habitantes de *campamentos* e *poblaciones* populares. Os processos de radicação e erradicação de *campamentos* agravaram esta situação, pois a criação de zonas de pobreza urbana delimitadas deteriorava paulatinamente as *comunas* receptoras de pobres e desarticulava as redes locais dos *pobladores*. Seus lugares de moradia abrigavam uma população majoritariamente jovem com acesso deficiente ao mercado de trabalho, com grupos familiares com escassos direitos previdenciários e altos níveis de desempregos (maiores que a média nacional) e, pelo déficit habitacional, com uma população crescentemente *allegada* (agregada), ou seja, famílias que moram na casa de outra, compartilhando ou não a cozinha. A existência dos agregados virou um indicador a mais da situação de pobreza, pois contribuía à deterio-

ração das condições físicas e sociais dos já precários assentamentos e, ao mesmo tempo, transformava-se na força motora de novas tomadas de terrenos (MORALES, 1983).

Nesta situação de condicionamento econômico marginalizante, o mundo popular se organiza com estratégias de sobrevivência e participação, na busca de soluções aos seus problemas imediatos. Excluídos do mercado, desarticuladas suas organizações e eliminados os canais tradicionais de reivindicação e demanda, os setores populares desenvolvem as Organizações Econômicas Populares (OEP) (RAZETO et al., 1990). As OEPs são organizações de subsistência centradas no econômico e buscam satisfazer necessidades básicas, através da coordenação de grupos pequenos que enfrentam problemas comuns e imediatos. As OEPs, portanto, eram uma estratégia de sobrevivência dos setores populares. Eram consideradas diferentes formas de associação para enfrentar o problema da subsistência ou a satisfação de necessidades que os setores populares constituíram, contando muitas vezes com apoio de uma instituição externa. A partir de uma atividade econômica (produção ou fornecimento de bens ou serviços) como objetivo principal, enfrentaram-se problemas econômicos imediatos, através da utilização dos escassos recursos obtidos pelos setores populares. A cultura organizacional estimulada pelas OEPs destacava valores coletivos: a autogestão, a solidariedade e a ajuda mútua; e consideravam-se a si próprias, às vezes, como alternativas de transformação socioeconômicas e político-cultural.

Em geral, eram iniciativas que se desenvolviam nos setores populares, especialmente nas *poblaciones* marginais das grandes cidades, constituindo experiências associativas de grupos de pessoas ou famílias, enquanto instâncias que originavam organizações (possuíam objetivos, estrutura e procedimentos). Sua função era enfrentar coletivamente carências e necessidades concretas: alimentação, moradia, trabalho, saúde, ingressos, poupança etc. Portanto, eram organizações econômicas baseadas no próprio esforço

e na busca de soluções imediatas, por meio da autoajuda e do desenvolvimento de capacidades próprias. Constituíam iniciativas que implicavam relações e valores solidários próprios do modo como se buscava satisfazer as necessidades do grupo: eram organizações que aspiravam a ser participativas, democráticas, autogeridas e autônomas. Essas organizações tendiam a ser integrais, não se limitavam a um tipo de atividade, havendo também ação política e pastoral. Elas propunham, na prática, alternativas solidárias e coletivas ao sistema imperante (capitalista, individualista, consumista e autoritário). Embora nascidas nos setores populares, contavam com o apoio das atividades de promoção de organismos externos: organizações religiosas ou ONGs interessadas no desenvolvimento local, espiritual e humano dos setores populares.

Existiram cinco tipos de OEP: 1) as oficinas produtoras de bens ou serviços (ou mistos); 2) as organizações de desempregados: *bolsa* de desempregados, sindicatos de trabalhadores eventuais, comitês de desempregados; 3) as organizações para o consumo básico: refeitórios infantis, refeitórios populares, “panelas comuns”, comitês de abastecimento, “comprando juntos”, bodegas populares de alimentos, hortas, grupos de autoajuda; 4) as organizações de problemas habitacionais: comitês de moradia, comitês de *pobladores* sem casa, grupos pré-cooperativos, comitês de serviços (água, luz, prestações da casa); 5) outras organizações *poblacionales* de serviços: educação, saúde, recreação, cultura, mulheres, aposentados, jovens etc. A equipe de Razeto cadastrou 494 OEPs em Santiago, em 1982, 702, em 1984, e 1.103, em 1985. E, independentemente do peso quantitativo, destacaram que este processo organizativo poderia significar um germe de uma nova estrutura de ação popular transformadora, com capacidade de projeção com autonomia. As OEPs contribuiriam à construção da democracia desde baixo: eram ideias democráticas, comportamentos democráticos e organizações democráticas arraigadas na vida cotidiana do povo. Ainda mais se se considerava a relação

entre organizações populares e desenvolvimento local (VAN HE-MELRYCK et al., 1987). Não obstante suas limitações, as OEPs possuíam as condições elementares para a elaboração e a formação de uma nova forma de entendimento da participação, baseada nos princípios de localidade, pois tinham funções residenciais, laborais e administrativas-políticas. O local virava um centro de poder, o que, adicionado ao processo de municipalização, impulsionado pelo Estado, transformava o território num espaço disputável, onde potencialmente as organizações poderiam cumprir um papel central, e o local teria a possibilidade de se inserir num debate mais amplo de concepção do Estado.

A concepção desenvolvida a partir da OEP supunha a existência de uma economia subterrânea, submersa, oculta, invisível e paralela, constituída por uma série de atividades que a economia clássica não podia quantificar, pois não eram declaradas (SCH-KOLNIK e TEITELBOIM, 1988). A economia de subsistência utilizava recursos invisíveis e reservas que vêm da própria atividade social que permitiam atenuar os custos da aplicação de um modelo neoliberal radical. Desenvolveu-se uma economia de subsistência paralela para enfrentar os efeitos da crise: trabalho informal, OEPs, organizações locais para o consumo, produção doméstica de bens e serviços de autoconsumo, doações, empréstimos, permutas entre familiares e vizinhos, condutas desviantes (roubos, prostituição, assaltos) etc.

Para explicar a sobrevivência popular, é necessário apelar a outro tipo de realidades, tais como o apoio familiar, as doações e presentes, os canais de ajuda vicinal, a readequação da vida doméstica em condições de desemprego do chefe de família, a solidariedade de instituições não governamentais, o aporte de crianças e jovens ao sustento familiar, o recrudescimento da mendicidade, o roubo, etc. (SCHKOLNIK e TEITELBOIM, 1988, p. 22).

A questão é, para essas autoras, a compreensão das estratégias de sobrevivência popular, ou seja, aquelas práticas destinadas a melhorar ou superar condições de carência extrema na qual vivia um setor importante da população, num contexto de pobreza heterogênea (há uma nova pobreza), onde o único comum é a expulsão do aparelho produtivo.

Uma das referências mais notáveis destas leituras foram as pesquisas realizadas por Larissa Lomnitz (1983) sobre *barriadas* na Cidade do México, que originalmente foram publicadas em 1975. A antropóloga chilena vai se perguntar: como sobrevivem os marginalizados? Ela mostrará que é a reciprocidade o que assegura a sobrevivência nos ambientes de marginalidade. São as redes de intercâmbio de ajuda mútua (entre parentes e vizinhos), baseadas na reciprocidade, que constituem o mecanismo socioeconômico que substitui a falta de segurança social destas populações. A segurança vem das relações sociais (um dos poucos recursos que possui o marginalizado), onde o que importa é a confiança, a proximidade física e os vínculos afetivos. Estas redes de assistência mútua conformam um sistema econômico informal e paralelo à economia de mercado, baseado no aproveitamento dos recursos sociais, que opera sobre o intercâmbio recíproco entre iguais.

Ao chegar à cidade, os migrantes não encontram lugar no sistema laboral industrial e viram marginalizados. Porém, o subsistema não rejeita totalmente os migrantes, mas somente nega o acesso às fontes de trabalho incorporadas ao sistema econômico industrial. Os migrantes rurais sobrevivem, se multiplicam e seus bairros proliferam em torno às grandes metrópoles da América Latina, o qual significa que os marginalizados encontram um novo nicho ecológico em simbiose com o meio urbano. Para se sobrepor à insegurança inerente a este nicho, os marginalizados geram uma organização social evolutiva característica (as redes de intercâmbio) (LOMNITZ, 1983, p. 30).

A visão da autora permitiu renovar a discussão sobre marginalidade, tópico retomado pelos autores chilenos para compreender as consequências perversas do ajuste estrutural do modelo econômico durante a ditadura. Porém, o seu ponto de vista não é precisamente comunitarista. A *barriada* não é uma comunidade, mas um conglomerado de redes de intercâmbio recíproco, produto da falta de integração ao sistema econômico urbano-industrial. O bairro não é uma unidade social, mas geográfica. Porém, sua discussão vai ser incorporada nos debates chilenos como um complemento do desenvolvimento das OEPs, mantendo a ênfase na capacidade para responder e contestar as situações de marginalidade.

A ação dos *pobladores* teria transformado domínios da vida social, tradicionalmente considerados como privados, em objetos de definição de posições políticas, sendo incorporados ao debate público (VALDÉS e WEINSTEIN, 1989). Os *pobladores* introduziram novas formas de fazer política, ampliando a definição deste conceito. A exclusão social teve, como efeito inesperado, o fortalecimento dos laços internos dos *pobladores*, porém isso não teria se expressado numa melhor formulação de demandas frente ao Estado. Embora não expressem um projeto de mudança de sociedade muito claro, os *pobladores* teriam criado uma realidade dinâmica que anunciava transformações na sociedade, uma sociedade democrática por construir.

A recomposição do tecido de organizações de base é a forma que assume a resposta dos *pobladores* à ditadura, tendo como antecedentes os seguintes elementos: a experiência de participação acumulada no período anterior à ditadura, o deterioramento das suas condições de vida, o fechamento dos canais de demanda e benefícios sociais, o desemprego de trabalhadores com trajetória sindical, o desenvolvimento de uma rede de instituições de apoio ao setor *poblacional* e a formação de um significativo contingente de “educadores populares”. Para Valdés (1986), o momento de ascensão e consolidação do novo ator *poblacional* (81-84) coincide com um

aumento da ação reivindicativa e com a reconstituição do tecido social para satisfazer as necessidades imediatas da população.

A visibilização dos *pobladores* com os protestos associou externamente sua imagem com a ruptura da ordem e a violência, mas isso encobria a capacidade cotidiana da gestão popular iniciada desde cedo através das OEPs (HARDY, 1987). Essas organizações eram uma resposta popular à nova pobreza produzida pelo regime, a qual assume a forma de exclusão social com dimensões múltiplas de carência. A pobreza muda, mas também o fazem as percepções e os modos de viver a pobreza (práticas sociais). Frente à territorialização da pobreza, homogeneização das condições de pobreza num habitat deteriorado (segregação) e polarização da cidade (erradicações), territorializam-se também as estratégias de sobrevivência e surgem estratégias coletivas de subsistência com base territorial, com uma lógica que as autonomiza das lógicas familiares de sobrevivência típicas do mundo popular.

Essas novas organizações complementam e convivem com as tradicionais redes de vizinhos e de parentesco baseadas em trocas (LOMNITZ, 1983). Mas, para Hardy, se essas estratégias clássicas são defensivas e representam uma reação adaptativa a condições externas sem pretensão de questionamento da realidade, as novas organizações são propositivas, pois valoram a organização, a participação e a apropriação das condições de existência com certa visão de futuro.

Estas estratégias organizadas de subsistência são núcleos de **relações sociais** fora do espaço privado doméstico-familiar e que **socializam** problemas e necessidades individuais, lhes outorgando presença **coletiva**. É assim que, através destas novas práticas associativas, as necessidades básicas familiares (vividas e percebidas como problemas individuais e de resolução privada), adquirem o caráter de **necessidades sociais**, abordáveis, então, por comportamentos sociais de orientação coletiva (HARDY, 1987, p. 38).

Estas organizações mobilizavam setores que tradicionalmente não eram estimulados (os setores mais pobres e as mulheres), e seu fundamento era a necessidade, ou seja, as exigências da reprodução física e material dos lares populares. Elas estavam praticamente obrigadas a “funcionar”, pois delas dependia a satisfação de boa parte das necessidades vitais dos seus membros. As OEPs, por serem desenvolvidas num espaço específico – a *población* –, também contribuíam a criar territorialidade, a estabelecer redes e conexões horizontais, substituindo as antigas organizações mais hierárquicas, apesar da dependência de apoios externos, além de empoderar as mulheres, que possuíam uma presença majoritária nelas. As OEPs eram, assim, espaços de práticas e exercícios democráticos.

Sem pretender lhes atribuir representatividade nem lhes outorgar virtudes éticas, sem a intenção de lhes assignar um papel de mobilização social ampla nem de supor um lugar central nas respostas econômicas dos setores populares, os grupos de subsistência ativos na atualidade constituem parte de uma realidade que oferece lições para o porvir de uma sociedade democrática que terá de ser, se efetivamente pretende alterar as atuais condições de iniquidade, necessariamente participativa (HARDY, 1987, pp. 220-1).

Porém, as OEPs também apresentavam limitações. Elas cultivavam uma concepção da ajuda como uma opção excludente à reivindicação, tanto quanto uma autoexclusão frente ao Estado, pela sustentação de uma noção de autonomia que opunha Estado e sociedade. Eram iniciativas que não conseguiam transcender o estreito âmbito das necessidades imediatas nem o limitado espaço no qual funcionavam cotidianamente. Por outra parte, o peso dos apoios solidários externos deixava dúvidas sobre a real autonomia do funcionamento dessas organizações. Além do mais, elas possuíam uma baixa projeção quantitativa dentro do mundo popular. Todos esses elementos levaram Hardy a questionar em que

medida as OEPs poderiam atualizar seu potencial propositivo se continuavam sujeitas ao estreito mundo das necessidades imediatas do espaço local.

Dentro das OEPs, a *Olla Común* (Panela Comum) foi uma das instâncias mais estudadas pelos pesquisadores chilenos. Na prática e nas interpretações, a Panela Comum foi tratada como uma organização exemplar. Ela foi uma organização popular urbana para enfrentar diretamente o problema da fome, representando, para alguns autores (GALLARDO, 1985), uma prática popular coletiva peculiar e inédita. Frente à situação de desemprego, à crise da agricultura, à aplicação do livre mercado e à diminuição do gasto social, os *pobladores* se veem forçados a assumir a responsabilidade de garantir a vida das suas famílias e a compreender o caráter social da fome como produto da aplicação das políticas neoliberais. Alguns fenômenos naturais, como as grandes chuvas de 1982 e o terremoto de 1985, estimularam o surgimento destas painelas como resposta inicialmente de emergência. Mas o que se considerou transitório começou a virar permanente, e a panela comum deixou de ser uma alternativa frente aos desastres ecológicos para ser uma via prioritária para enfrentar as consequências de um modelo econômico excludente. A fome deixa de ser uma “culpa” individual por não conseguir alimentar a família; logo, é preciso o apoio e a solidariedade dos outros para encarar um problema que é comum. Começar a cozinhar juntos já é um grande passo, embora se mantenha a tradição de cada família comer na sua própria casa: “as painelas comuns são valoradas porque permitem atenuar a fome das famílias, mas tendem a ser consideradas como uma alternativa ‘anormal’, num duplo sentido: porque são sinônimos de uma situação de fome e miséria e porque tiram do interior das famílias em particular a tarefa da alimentação” (GALLARDO, 1987, p. 191). Porém, as painelas comuns possibilitam a constituição de uma consciência de exclusão política e social e geram outro tipo de transformação cultural: em relação ao papel tradicional atribuído

à mulher popular destinada ao âmbito privado. As panelas comuns poderiam eventualmente contribuir à conciliação do social e do político e à formação de um sujeito popular fundamental para o projeto de transição.

Surgidas durante o atual regime e no contexto da crise econômica, as panelas comuns, enquanto crítica à definição privada do problema da fome, adquirem uma importância que não é conjuntural. Em efeito, se consolidada sua atual orientação e prática, contribuirão de maneira importante a facilitar a difícil articulação da luta social e política ao fortalecer o sujeito popular capaz de pôr suas próprias demandas e anelos na cena nacional (GALLARDO, 1987, p. 200).

Clarisa Hardy (1986) desenvolverá uma interpretação similar em relação às panelas comuns. Elas são organizações que agrupam um número variável de famílias numa mesma área (caráter territorial) que, pelos baixos ou irregulares ingressos, decidem colaborar com recursos, principalmente trabalho, para cozinhar em conjunto para satisfazer parcialmente suas necessidades alimentícias. Os participantes estabelecem relações regulares, objetivos explícitos e normas claras, além de se identificarem como iguais frente a uma necessidade e na busca de soluções coletivas. A panela comum promove o desenvolvimento de novas condutas: atitudes solidárias, sentido de reciprocidade, trabalho grupal.

A incorporação e o trabalho nas panelas comuns mostram que, junto à necessidade de comer, há também outras necessidades igualmente vitais. Necessidades de convivência, sociabilidade, participação e apropriação das próprias condições de vida, emergem diariamente nas práticas dos membros das panelas (certamente, não em todos eles, mas sim nos que permanecem e colaboram mais ativamente) (HARDY, 1986).

As consequências das panelas comuns se observam mais no desenvolvimento pessoal e humano que no plano da alimentação propriamente tal, pela experiência de organização que implica. Até o participante menos consciente deve superar o medo à organização e a vergonha da fome para posteriormente compreender que a fome não é um problema individual.

A panela comum, para a autora, era uma prática anteriormente existente no repertório popular, que se realizava nas greves dos sindicatos e nas tomadas de terrenos, porém na ditadura foi readaptada como organização popular de consumo, o que lhe outorga sua condição de novidade. As panelas comuns mostravam a capacidade do povo para solucionar de fato suas necessidades, e, junto com a vontade de exigir direitos, vinculavam, na prática, as necessidades básicas e a democracia. Representavam também um espaço para aprender e exercitar normas de convivência democráticas, em face da ausência de formas institucionalizadas de exercício democrático. Essas organizações eram uma escola da democracia, ao mostrarem a capacidade da comunidade organizada para otimizar a distribuição de recursos. “A panela comum, na medida em que permite romper estas barreiras da fome, está começando a contribuir com um mundo desejável de liberdades. Por isso, ninguém aspira à continuidade das panelas, mas sim à permanência das relações que a fizeram possível: a organização popular como veículo de exercício democrático” (HARDY, 1986, p. 216).

Outro mérito das organizações populares desenvolvidas na década de 1980, em geral, e da Panela Comum, em particular, foi que questionavam os espaços que a cultura dominante outorgava à mulher: mãe, esposa e dona de casa (VALDÉS, 1987). A situação econômico-social em que viviam as mulheres bloqueavam as possibilidades de realização destes projetos pré-definidos. O déficit habitacional, por exemplo, impedia que a mulher virasse dona de casa. Sua participação, por outro lado, se dava através dos comitês de moradia ou tomadas de terreno, bem como de outras organi-

zações de subsistência, o que representava uma saída da mulher para o âmbito público, contradizendo o papel pré-definido, para ela, de confinamento ao âmbito privado. No meio da crise econômica, a mulher *pobladora* virava o sustento moral e material do grupo familiar. Sua condição de mãe a obrigava a romper com as normas que o próprio sistema criava, fazendo das mulheres as primeiras a vencer o medo e se organizar. Nesse percurso de busca de respostas coletivas, as mulheres tomam consciência de uma dupla opressão: política e de gênero. Muitas organizações de subsistência derivaram em organizações de gênero. Estas são o primeiro passo para sair do limitado espaço doméstico, pois “tiram as mulheres de casa” (VALDÉS et al., 1988). Assim, a proposta cultural dominante se vê tensionada pela incapacidade de dar soluções concretas aos problemas que as mulheres devem enfrentar de acordo aos ditados da cultura hegemônica, uma vez que as condições de opressão da mulher se mantêm. Em muitos casos, a participação em organizações sociais deve passar pela aprovação do marido, e muitas vezes a participação se expressa em lugares que asseguram uma continuidade da ideia de esposa fiel e mulher decente, daí que a participação com maior legitimidade social seja quando se dá na Igreja.

Outro tipo de organização que vai concentrar atenção privilegiada dos pesquisadores são as Organizações Populares de Moradia (SCHERMAN, 1990), espécie de motor histórico do Movimento de Pobladores. Scherman distinguirá dois tipos de organizações: as reivindicativas, nas que se incluíam os devedores habitacionais (hipotecários e de serviços) e os Comitês de Agregados ou Sem Casa; e as de Autoajuda, incluindo os Comitês de Autoconstrução e Reconstrução (por causa de desastres naturais), os Grupos de Poupança e os Comitês de *Adelanto*. O surgimento e desenvolvimento dessas organizações teria se visto facilitado pela conjuntura dada pelas mobilizações de 1983-85 e pelo terremoto de 1985, o que teria aumentado a legitimidade de suas demandas. Aliás, em 1983 reaparecerá como estratégia exito-

sa de moradia a tomada de terrenos com os *Campamentos Fresno e Silva Henríquez*, os que se transformaram rapidamente em tomadas emblemáticas. Anteriormente se ensaiaram uma dezena de tentativas de tomadas, todas duramente reprimidas e abortadas. Esta conjuntura abriu novas possibilidades de relação com a institucionalidade e melhorou as possibilidades de levantamento de demandas reivindicativas por parte dos *pobladores*.

Ainda quando se apresentam exceções, comprovamos que, em geral, entre as lideranças das OPV está muito presente a noção de que na atualidade se devem estabelecer relações e negociações com o Estado, apesar de que este seja visualizado como antagônico, e a política econômica impulsionada pelo regime militar como a principal causa dos problemas que atingem a maior parte da população. Esta relação com o aparelho público é vista claramente como confrontacional, mas também existe a certeza de que é incluível (SCHERMAN, 1990, p. 168).

A preocupação dos pesquisadores com a capacidade do movimento de *pobladores* de traduzir o desenvolvimento comunitário em estratégias reivindicativas eficientes e com a elaboração de um projeto político mais representativo os levará a estudar os esforços de coordenação metropolitana. Porém, apesar da importância que atribuíam a este tipo de instâncias, começarão a preponderar leituras mais pessimistas sobre o potencial político dos *pobladores*, sendo as Coordenadoras Metropolitanas as principais evidências das limitações de sua ação.

Embora existissem esforços desde 1977 (via Igreja Católica) para gerar instâncias de coordenação metropolitana dos *pobladores*, foi com o início dos protestos, em 1983, que apareceram as Coordenadoras, cada uma associada a uma tendência da oposição (comunista, democrata-cristã, esquerda cristã e esquerda revolucionária). A tendência a criar Coordenadoras foi lida por Valdés

e Weinstein (1989) como uma herança do antigo movimento popular pré-ditadura, mas ao mesmo tempo como uma criação do saber-fazer do movimento popular sob a ditadura.

Com diferentes modalidades, a rede de organizações populares forma parte do processo de ativação da vida *poblacional*, e os protestos, além da sua possível eficácia política, têm um efeito importante nelas. Constituem o impulso mais importante para o desenvolvimento de coordenadoras intermediárias, zonais, ou territoriais de organizações de *pobladores*. Encontram-se múltiplas organizações, transcendendo os níveis alcançados até então. Surgem, sobretudo, como estruturas definidas pela luta contra o regime militar. Isto as coloca numa permanente tensão com aquelas organizações opositoras, e tendo emergido desde o campo das demandas sociais, tendem a manter sua ação principal nessa esfera. Entretanto, no nível local se produzem experiências importantes de unidade social com ações reivindicativas frente ao município (POJH [emprego de emergência], saúde, também convênios de pagamento de luz e água). (VALDÉS et al., 1988, p. 7).

Embora o estímulo de instâncias de coordenação fosse promovido por partidos e pela Igreja, o processo não era nada harmônico nem linear, uma vez que elas reproduziam e amplificavam as tensões entre o social e o político, ainda mais depois da crise de condução da oposição, quando a quebra entre a tendência institucional (Aliança Democrática – DC) e a rupturista (Movimento Democrático Popular – PC) se fez mais evidente depois do fracasso do atentado a Pinochet e da internação de armas por parte do braço armado do PC (o Frente Patriótico Manuel Rodríguez). Mesmo assim, Valdés e Weinstein atribuíram às coordenadoras um papel fundamental nas projeções do movimento, apesar da sua vulnerabilidade interna e da dependência externa aos partidos.

Hernán Pozo (1987), já imbuído deste espírito mais cético, definiu o *poblador* como um ser que vive acossado pela insatisfação das necessidades mais elementares, e que boa parte do seu tempo estava dedicado a atividades que permitissem sua sobrevivência. Os *pobladores* são, na época, o setor social mais atingido pelo déficit de habitação, pelos índices de desemprego (30% em 1982-83) e em geral pelos custos da crise econômica. Os *pobladores* são um conjunto de trabalhadores mal remunerados, desempregados ou subempregados que habitam a periferia de Santiago ou seus setores mais deteriorados, carecendo dos serviços mais elementares. A escassez e a fome adquiriam condição de problema político, enquanto a ditadura os definia como “excedentários” (sobram), marginando-os do acesso a uma série de elementos mínimos de sobrevivência e, além do mais, definindo-os politicamente como inimigos. São “objetos” perigosos e eventualmente manipuláveis. Daí as tentativas de realocização socioespacial da pobreza feitas pela ditadura (MORALES e ROJAS, 1987), por meio da transferência massiva de moradores de *campamentos* para novos espaços dentro da cidade, provocando uma diferenciação entre *comunas* ricas e pobres, além de aumentar a polarização urbana, a marginalização e homogeneização social. Consolida-se a imagem de uma cidade dividida, caracterizada por uma distribuição espacial desigual dos acessos aos benefícios sociais, na medida em que a pobreza tende a se localizar em áreas residenciais específicas da cidade, frente ao que os setores populares reagem com organização e respostas coletivas aos seus problemas (HARDY, 1989).

O *poblador* é alguém que atua e coloca a *población* em movimento, mas o desenvolvimento de práticas coletivas o transforma em inimigo real do regime. Embora este os defina como manipuláveis, os *pobladores* viram atores, agentes das possíveis mudanças (POZO, 1987). Já em 1973, principalmente a Igreja Católica contribui à organização dos setores populares frente a uma situação que se considerava transitória, porém que dava sinais de institucio-

nalização, aumentando as exigências organizativas. Essas organizações constituíam instâncias de participação inéditas, à margem do aparelho estatal e dos partidos políticos e onde novos atores, como as mulheres, adquiriam protagonismo. Porém, essas organizações possuíam um nível de heterogeneidade que atualizava o perigo de atomização, além de serem instáveis no tempo e carentes de recursos humanos e materiais suficientes. Por outra parte, os esforços de coordenação metropolitana não eram satisfatórios para lidar com a separação do social e do político. A questão era que não existia uma real consciência coletiva entre os *pobladores*, mas uma consciência individual comprometida na ação (tomada de terrenos, protestos, pannels comuns etc.). Assim, para o autor, “há movimentos *poblacionales*, lutas organizadas que protagonizam os *pobladores*. Estimamos, em contraste, que não existe um movimento poblacional propriamente tal. Os movimentos que se observam representam os *pobladores* marginais urbanos que reivindicam o reconhecimento de direitos essenciais e a satisfação de necessidades urgentes e impostergáveis” (POZO, 1987, p. 67). Ainda que ele não reconheça um movimento propriamente tal, aceita que a situação e ação dos *pobladores* deslegitimam o regime, pois evidenciavam a profunda injustiça que ele promovia. Aliás, qualquer projeto político que buscasse superar a situação desse momento teria que considerar os *pobladores* com políticas públicas que promovessem espaços de participação e que aspirassem a solucionar os problemas que os atingiam.

Rodrigo Baño (1985, pp. 25-6), influenciado por Touraine, nas suas pesquisas se perguntará em que medida o movimento popular é portador de uma real alternativa para a sociedade, ou seja, uma nova cultura e uma nova ética marcada pela ascensão de uma nova classe. A criação de um projeto popular alternativo é uma mudança histórica de classe, associada a uma nova ética, um novo espírito, e não apenas um programa que relaciona determinados meios frente a determinados fins.

Insistimos, é o caráter da alternativa o que define os setores sociais relevantes e não o contrário. Esta alternativa, ao enfrentar a cultura dominante, lhe outorga significação a determinados setores sociais, e são estes os que podem produzir uma transformação social enquanto sejam capazes (e potencialmente o são) de imprimir um novo ethos cultural ao devir histórico.

O problema é justamente esse, de se o movimento popular tem chegado a apresentar um projeto alternativo que seja capaz de propor, ainda que como pura possibilidade histórica, valores e objetivos que orientem a sociedade de maneira distinta à imperante.

Com a introdução desta definição culturalista do projeto popular, o autor busca se distanciar das leituras estruturalistas do movimento de *pobladores*. Nelas, esse movimento corresponderia a categorias sociais determinadas: trabalhadores informais, pré-capitalistas, lúmpen, desempregados etc. A redução dos *pobladores* a uma destas categorias seria insuficiente para dar conta da complexidade do movimento. A questão é: a qual conflito social corresponde o movimento de *pobladores*? A inclinação do campo tem sido identificá-lo com o problema da habitação, ou seja, a exclusão do acesso ao espaço urbano de alguns setores. Porém, embora seja a demanda por habitação o que permitiu o reconhecimento do movimento de *pobladores* como tal, suas demandas têm sido mais amplas e heterogêneas. O que define o *poblacional* é o comunitário; a vida interna na *población* constitui uma comunidade de sujeitos que se inter-relacionam estreitamente e que criam e constroem sentimentos e metas comuns. A *población* parece mais uma espécie de sociedade de socorros mútuos, pois apresenta uma cooperação solidária em diferentes âmbitos (cuidado de crianças, empréstimos, ajuda frente a tragédias, festas etc.). A *población* é basicamente uma forma de comunidade.

Então, se o movimento *poblacional* é expressivo de uma forma de comunidade, a comunidade de *población*, caberia se perguntar qual é o tipo de conflito ao qual corresponde. E a resposta parte precisamente dessa caracterização. O movimento *poblacional* é uma resposta popular à exclusão, segregação e atonicidade imposta pelo sistema de dominação que nega o sentimento de totalidade social (BAÑO, 1983b, p. 57).

A proposta do autor implica também redefinir o “popular” para além das concepções ortodoxas que estabelecem classificações sociais centradas no eixo proletariado-burguesia. Os setores sociais não estão pré-definidos; o que os define é o tipo de conflito que os desenvolve. O “popular” é entendido, assim, como uma forma de expressividade dos setores dominados que contém uma conotação política. O popular não é apenas a pobreza nem o proletário.

O projeto popular alternativo, do qual os *pobladores* fazem parte, se estabeleceu a partir de um conflito centrado na distribuição do produto social que não encontrava canais de participação institucional. Por isso, era captado geralmente apenas indiretamente por meio das explosões irracionais: as irrupções urbanas, tomadas de terreno e quebra-quebras. As revoltas urbanas exporiam conteúdos e demandas que já não são expressos no processo político; seriam o lado escuro da lua, um rosto do social que ao momento da eclosão estaria oculto, pelo qual seria ignorado. A realização do projeto político popular passará também pela confrontação criativa de duas dimensões: a da continuidade (organização) e a da quebra (momentos de crise) (BAÑO et al., 1981). Porém, a compreensão dos *pobladores* como os protagonistas destas explosões enquanto não-operários é insuficiente. A história passada do movimento popular e sua ideologia é uma forma de criação de futuro, e os realizadores do Projeto Popular Alternativo estão inseridos na cotidianidade da vida. O movimento *poblacional* corresponde à ação dos dominados defi-

nidos em termos de exclusão social e de negação do sentimento de comunidade social. O que impulsiona o movimento de *pobladores* é a demanda por igualdade num sentido comunitário, daí a força do discurso da Igreja popular nas *poblaciones*. Nesse sentido, a mobilização do *poblacional* é mais antiditadura que pró-democracia formal: rejeita-se a ditadura pela ameaça que representa para a comunidade. Por isso, os partidos tendem a ser rejeitados também. Para serem aceitos, devem apresentar-se como partidos de base e antissistêmicos.

O movimento de *pobladores* substitui a relação direta com um oponente pela intermediação do Estado, porém a ditadura produz politização e ao mesmo tempo fecha os canais para a política. O regime provoca um processo de “politização objetiva”, mas ao mesmo tempo um processo de “despolitização subjetiva”. As condições e consequências do movimento social são políticas, mas existe um baixo nível de consciência disso, pelo qual a capacidade para orientar estrategicamente o comportamento dos movimentos é baixa, em boa medida pela dificuldade dos partidos de serem os agentes clássicos da politização. O movimento social não consegue expressar suas reivindicações, pois o Estado nega essa possibilidade. Assim, o interesse do movimento se orienta a uma mudança da situação política como condição do seu desenvolvimento. O movimento social por existir é uma negação do autoritarismo. Porém, isso não coincide com níveis de consciência capazes de articular a politização em termos de projetos concretos. A ação dos partidos políticos, enquanto ato ilegal, os separa do movimento social, pelo medo à contaminação repressiva, o que é reforçado por um profundo desnível de consciência política entre a base e as lideranças dos movimentos sociais.

Por outra parte, existia uma enorme heterogeneidade na organização *poblacional*: cada instância obedecia a uma função diferente, era criada para enfrentar problemas específicos e não pre-

tendia assumir uma representação geral dos *pobladores*. É preciso lembrar que

A política seguida pelo atual regime... foi a de desmontar as organizações; deslegitimar suas demandas como algo socialmente significativo, as reduzindo a problemas individuais, como o da incapacidade de poupança, o controle por amedrontamento policial dos moradores das *poblaciones*, e a tentativa de cooptação de organizações e lideranças através de diversos mecanismos e organizações estatais. É assim como toda a rede organizacional das *Juntas de Vecinos* e *Centros de Madres* estão hoje sob o controle absoluto do Estado e operam a miúdo como instrumento de denúncia de atividades catalogadas como ‘subversivas’. É frequente o amedrontamento de todo um bairro ou acampamento, como tem sido no caso dos ‘operativos’ dos primeiros tempos do regime, no qual se retinha a todos os moradores adultos em algum espaço aberto enquanto eram fichados e se checava com os prontuários dos aparelhos de inteligência; a arbitrariedade nas detenções por motivos ínfimos, as grandes batidas que ainda se continuam realizando, etc.

Em suma, tem resultado que apenas se promove e tolera aquelas organizações mais facilmente manipuláveis através dos recursos do Estado, e se dificulta e reprimem os brotos de organização autônoma que podem representar o perigo de algum tipo de ação reivindicativa. Por outra parte, a solução a certos problemas básicos, como o da habitação, se organiza sobre a base de sistemas individuais aos quais, em definitivo, muito poucos têm acesso à causa das exigências econômicas que implicam. Os problemas reais não apenas seguem existindo, como se agravam, e a solução governamental pareceria ser a de ‘tampar’ sua expressão organizadora (CHATEAU, 1981, p. 36).

No mundo *poblacional*, portanto, não existiria uma organização natural equivalente ao sindicato no mundo do trabalho. As *Juntas de Vecinos*, que poderiam cumprir esse papel, por terem sido intervindas pelo regime, não faziam parte do movimento. Ao mesmo tempo, as organizações *poblacionales* existentes, ao se funcionalizarem por problemas específicos, careciam de possibilidades teóricas de transcender, embora as organizações comunitárias desenvolvessem um tipo de solidariedade que ia para além da demanda imediata e existissem tentativas de conformação de instâncias coordenadoras (os referentes) que aspiravam a representar os interesses mais gerais dos *pobladores*. Mas, enquanto esses referentes eram a expressão partidária no mundo *poblacional*, reproduziam o problema de distanciamento do social e do político. Os partidos eram um dos grandes organizadores do movimento, porém não conseguiam dirigi-lo. Este fenômeno alimentava as especulações sobre a autonomia do movimento, mas ela seria mais o produto da fraqueza dos partidos que de seu fortalecimento.

Porém, na medida em que os partidos sobrevivem e começam a se rearticular, se faz cada vez mais necessário para eles aumentar sua presença no movimento social. No fim, sob um regime autoritário como o chileno, o movimento social é a forma de fazer política. Por esta razão se produz a situação de que, ainda num processo de despolitização subjetiva, se mantém a representação de partido no nível das mais altas lideranças do movimento *poblacional* e sindical [...] Isto não significa que se tenham desenvolvido fortes organizações autônomas capazes de conformar um grande movimento social. Pelo contrário, a reorganização do movimento social, desarticulado pelo regime militar, se consegue numa colaboração muito estreita com os partidos políticos, os quais, na falta de um espaço político, voltam toda sua ação para o movimento social (BAÑO, 1983a, p. 41).

O problema é que o social e o político apareciam divorciados na prática. Com a eliminação dos partidos políticos, a participação em movimentos sociais virou a principal forma de fazer política concreta, porém os partidos buscaram ser mediadores entre o particular e o geral frente aos movimentos. Mas, embora os movimentos pudessem reconhecer a identidade e o papel do partido na política, a diferenciação é tal que eles não se comprometiam com essa política. O Movimento de *Pobladores* estabelecia uma diferenciação entre o caráter nacional abstrato da política de partido e o caráter do “concreto vivido” do próprio movimento. Isto foi produto da sociabilidade comunitária que dominava a lógica *poblacional*. A especialização do político que os partidos representam negava o sentido de totalidade concreta do Movimento de *Pobladores*. Por isso, a desconfiança com a política partidária e com o *poblador* transformado em político, ceticismo que ia além do temor à repressão pelo contato com eles.

Outra limitação para a consolidação do projeto popular alternativo foi que a definição do *poblacional* e do sindical pareciam não ser complementárias. Enquanto os *pobladores* se guiavam para uma sociabilidade comunitária, os trabalhadores o faziam por uma societal. Ou seja, se entre os *pobladores* predominava uma solidariedade mecânica, nos sindicatos primava uma de caráter orgânico. Comunidade *poblacional*, por um lado, e sociedade sindical, por outro, caminhavam por trilhas que não necessariamente se encontravam na prática. A conclusão é clara: não existem experiências significativas de relação entre o sindical e o *poblacional* (BAÑO, 1983a). Mas a possibilidade de articular um movimento popular poderoso depende, em boa medida, de que os partidos possam complementar o elemento comunitário e o elemento societal, superando a divisão do social e do político.

Neste ponto, embora o que defina o movimento seja o comunitário, a prática organizativa não seria suficientemente consistente como para configurar um movimento social portador de um

projeto alternativo. Os *pobladores* se movimentam, mas não constituem um movimento social como tal, e já começa a se desenhar a discussão sobre o estatuto do movimento. Precisamente o tópico da próxima seção.

O Movimento de *Pobladores* como anti-movimento social

Apesar das diversas formas de protesto e organizações que os *pobladores* opuseram contra a ditadura, para Alain Touraine, a mobilização dos pobres urbanos de Santiago não tinha os elementos suficientes para constituir um movimento social, segundo os parâmetros que o próprio autor fez célebres: “Se me permitem, no meu vocabulário diria que não constituem propriamente um movimento social, mas um movimento histórico, onde o tema não é manejar os recursos de uma sociedade, de um tipo societal, mas manejar o processo de transformação social cujo agente central não é uma classe dirigente, mas o Estado” (TOURAINÉ, 1987, p. 221).

Este diagnóstico não foi menor, pois a conceitualização dos movimentos sociais feita pelo sociólogo francês influenciou praticamente todos os autores da década de 1980 que estudaram os movimentos populares e seu possível papel na transição democrática. Com uma trajetória intelectual e pessoal fortemente ligada à América Latina e notadamente ao Chile, Alain Touraine (1973) exerceu uma influência direta sobre muitos intelectuais latino-americanos, orientando muitas das teses de pós-graduação de autores preocupados com a questão dos movimentos sociais e indiretamente mediante a penetração de sua teoria da modernização e seus métodos de pesquisa (intervenção sociológica).

Para Touraine (1994), a modernidade não é apenas o processo de racionalização de todos os âmbitos da vida; também é a formação de um sujeito no mundo que se responsabiliza por si próprio e pela sociedade. O sujeito estabelece uma relação de com-

plementaridade e oposição à racionalização. O mundo moderno está penetrado pela referência a um sujeito que é liberdade e que se autoconcebe como ator, o sujeito é essa vontade de agir e de ser reconhecido como ator. Este é quem modifica o ambiente material e social no qual está inserido: a divisão do trabalho, as relações de dominação, as orientações culturais, a reprodução da sociedade. O sujeito é, portanto, a autotransformação de si próprio em ator. Subjetivação é o processo de penetração do sujeito no indivíduo ou a transformação parcial do indivíduo em sujeito. Logo, a subjetivação não pode ser confundida com o individualismo, aliás, uma das principais formas que pode tomar o sujeito é a de movimento social. Na constituição do sujeito não se pode separar o indivíduo de sua situação social. A subjetivação pode ser compreendida como um movimento cultural, no qual o sujeito só existe como oposição à lógica da ordem, ou seja, como movimento social. Um movimento social é simultaneamente um conflito social e um projeto cultural, pois sempre aspira à realização de valores culturais na sua vitória frente a um adversário social; não é apenas uma luta reivindicativa, tem que ser portador de valores, propor orientações culturais novas. A centralidade dos movimentos sociais é tal para Touraine que chegará a propor substituir o conceito de classe social pelo de movimento social, assim como a análise de situações pela análise da ação.

É neste ponto que emerge com força a ideia de novos movimentos sociais, nos quais estaria presente uma consciência moral ligada à defesa da identidade e da dignidade de quem luta contra uma opressão extrema. Esses movimentos falam mais de autogestão do que de sentido da história, de democracia mais do que de tomada do poder, propondo uma nova maneira de conceber o conflito social.

Enquanto os antigos movimentos sociais, sobretudo o sindicalismo operário, se degradam e se transformam em grupos de

pressão política ou em agentes de defesa corporativa de setores da nova classe média assalariada antes do que defensores das categorias menos favorecidas, esses novos movimentos sociais, mesmo quando carecem de uma organização e uma capacidade de ação permanente, fazem surgir já uma nova geração de problemas e conflitos sociais e culturais. Já não se trata de se enfrentar para obter a direção dos meios de produção, mas agora se trata das finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação das massas (TOURAINÉ, 1994, p.243).

Embora Touraine (1989) se assuma como responsável pela introdução do conceito de novos movimentos sociais, não reconhece nos estudos sobre estes, na América Latina, o “sujeito” que substitui a antiga classe operária na criação de um projeto de novas normas e valores sociais na sociedade programada. Os movimentos estudados na verdade mostram os limites ou as crises do sistema político, e não a presença de atores coletivos capazes de opor outra forma de organização social. São movimentos que negociam mais facilmente com o Estado do que mobilizam a população para uma luta de alcance geral.

Na América Latina (TOURAINÉ, 1976), estaria presente uma interdependência mais acentuada das três formas de conduta coletiva por ele definidas: a defesa de interesses coletivos, a pressão extrainstitucional e os movimentos sociais. Na defesa de interesses coletivos podem se enquadrar as lutas salariais ou a ação dos grupos de pressão. A pressão extrainstitucional seria reações à incapacidade das instituições políticas de fazerem os ajustes necessários para a reprodução do sistema. E os movimentos sociais, como já dito, seriam um tipo de conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais. Porém, na América Latina, os movimentos sociais sempre permanecem subordinados às intervenções políticas e, sobretudo, à ação do Estado, pelo qual a formação de um movimento social autônomo fica comprometida.

O que em outros lugares seriam movimentos sociais, na América Latina aparecem como respostas positivas ou negativas às intervenções do Estado (TOURAINÉ, 1989).

Muito do que é tomado, na América Latina, por novos movimentos sociais, na verdade, segundo o autor francês, não possuem uma concepção da sociedade ou da democracia e, em realidade, buscam a afirmação de direitos fundamentais como pessoas e a denúncia da situação injusta na qual se encontram por causa do regime político ou econômico. Neles, e notadamente no Movimento de *Pobladores*, o que está em questão é uma vontade de cidadania, o que prima é uma consciência de pertencimento a uma comunidade que aspira mais à integração social e política e menos à construção de um conflito que oponha uma categoria social sobre outra. Isso explicaria os vieses que esses movimentos adquirem quando expressam um radicalismo conservador ou quando misturam os discursos mais extremos com o clientelismo mais autoritário.

É falso representar a América Latina como sublevada por movimentos de base que reinventariam a sociedade e a vida política; inversamente, não se pode afirmar que todas as formas de ação coletiva são demandas sociais à procura de uma oferta política que encontrarão cedo ou tarde, ou que são sinais de uma recusa global da sociedade. O conceito de movimento social é de uma importância central não porque descreve realidades maciças, mas porque ele indica o lugar onde tendem a se formar os conflitos mais centrais, onde a capacidade dos homens de fazerem a sua história atinge o nível mais elevado. A América Latina não é um continente épico e é raro que nela se formem movimentos sociais poderosos. Ainda mais raro hoje do que ontem, porque o crescimento é mais favorável às mobilizações do que à crise. Porém, mesmo se esse lugar central é fracamente ocupado, é preciso reconhecer sua centralidade e identificar as forças favoráveis ou

desfavoráveis à formação de novos atores sociais centrais, sem a existência dos quais não há saída para a dependência, nem para o desenvolvimento (TOURAINÉ, 1989, pp. 283-4).

Particularmente em relação ao Movimento de *Pobladores* chileno, o autor é descrente de que condutas ligadas à pobreza necessariamente possam levar a um nível elevado de ação coletiva. Na ação coletiva dos pobres urbanos, misturam-se, às vezes incoerentemente, a ajuda mútua, a negociação com autoridades, os protestos “exemplares” e a violência. A mistura constante de todos esses aspectos, assim como a presença simultânea da experiência da pobreza e da exclusão, dificilmente poderiam levar a que estas situações derivem em embriões de uma ação revolucionária, como alguns autores e intelectuais de esquerda viam, ou que sejam simplesmente expressão de condutas de desorganização social ou delinquência.

Portanto, não se deve falar de *movimentos sociais urbanos* como se, a partir dos bairros mais carentes, se desenvolvessem lutas sociais capazes de elevar-se ao nível político. Em vez disto, observa-se que, em alguns bairros, surgem reivindicações que não chegam a encontrar expressão política autônoma, mas que podem ser utilizadas por intermediários como meio de pressão sobre a prefeitura, os serviços públicos e até sobre o Estado. Estes, que são diretamente responsáveis pelas más condições de vida dos moradores, transformam ou procuram transformar em clientela política os grupos que apresentam as reivindicações. O que está longe da ideia de um movimento autogestionário que associe, à sua ação, reivindicações que se referem a todos os aspectos da vida, do trabalho à moradia, da educação à saúde. É por isto que é tão fácil para demagogos ligados à oligarquia ou procurando constituir um poder pessoal, criar uma clientela e pontos de apoio nos bairros populares (TOURAINÉ, 1989, p. 275).

Os pobres urbanos afirmam seu direito à existência contra uma ordem social que os marginaliza, e sua ação toma a forma de um protesto moral, sendo mais expressiva que instrumental. Sem conseguir definir um adversário com precisão, os *pobladores* fazem um apelo à reconstituição da sociedade ou à recriação da comunidade (abrir a sociedade mais que mudá-la). O movimento de pobladores, mais do que um movimento na disputa do político, estava voltado para dentro, na defesa da comunidade e dos seus direitos; era um movimento mais de implosão do que de explosão. Embora possam transformar sua ação em violência política, dificilmente podem se expressar institucionalmente, pois são mais um movimento de resistência. Por isso a promessa que alguns viam nos *pobladores*, como o fator que terminaria por derrubar a ditadura, não se cumpriu. O que em realidade estava acontecendo era a reconstrução do sistema político e, nesse quadro, os movimentos de base testemunharam como pouco a pouco perdiam sua autonomia. Não eram um movimento social, mas “os intelectuais, insatisfeitos com as formas anteriores de ação política e principais agentes do protesto moral contra a ditadura, apoiam esses movimentos e os apresentam como fatores de rejuvenescimento e de extensão da democracia” (TOURAINÉ, 1989, p. 278). Embora não seja possível falar de movimentos sociais na América Latina, isso não é sinônimo de obviar sua importância nas sociedades em questão, mas é preciso definir com precisão o status teórico dessas expressões para não criar falsas expectativas:

Mas será que se deve considerar esta diversidade das condutas coletivas como consequência direta de uma situação de exclusão e de impotência? Ou, ao contrário, não se poderá ver aí a fragmentação, a desintegração de um *movimento social impossível* e que só se manifestaria à custa da alteração de temas sociais em temas morais ou religiosos? Aqueles que são definidos e situados apenas negativamente, só podem criar um *desejo de movimento*

social, com o risco até de produzir o que chamo de um antimovimento social, isto é, uma comunidade integrada e homogênea que traz em si exatamente o inverso do conflito aberto que define um movimento social (TOURAINÉ, 1989, p. 285).

Esta noção do Movimento de *Pobladores* será recepcionada praticamente sem questionamentos por um grupo de pesquisadores chilenos (DUBET et al., 1989), os quais, encabeçados por um dos colaboradores mais próximos de Touraine, François Dubet, utilizaram o método de intervenção sociológica (TIRONI et al., 1986) para analisar os *pobladores*. A intervenção sociológica (TOURAINÉ, 1986) é uma análise da autoanálise de um movimento coletivo mediante o estudo das condutas coletivas, das formas de organização social, da compreensão que os atores fazem do conflito do qual participam e da apropriação dos padrões culturais com os quais uma coletividade constrói normativamente sua relação com o meio ambiente. O método da intervenção sociológica permite determinar se um movimento é social (uma ação coletiva conflitiva pelo controle social dos modelos culturais) ou histórico (seu objetivo não é controlar ou transformar o sistema de dominação social, mas passar de um tipo de sociedade a outro). Na intervenção sociológica, o grupo de atores, que compartilham o fato de terem participado num mesmo tipo de ação coletiva, em determinado momento é confrontado com as hipóteses dos analistas, com a expectativa de que os atores incorporem esta visão à sua autoanálise e modifiquem sua conduta, produzindo-se o processo de conversão.

Estes autores (DUBET et al., 1989) mostraram que os *pobladores* possuem uma consciência de exclusão (do consumo) e uma consciência de exploração (como operários), encontrando-se entre dois polos de tensão identitária. Há neles, portanto, uma inconsistência estatutária, mais que uma anomia. Esta dupla

identidade é a expressão da dualidade de relações sociais típica de sociedades dependentes.

A exclusão e exploração, assim como as opostas tendências à ruptura e à participação determinam o sistema de ação dos *pobladores*, definidos por quatro orientações básicas: (A) Reivindicação, lógica de relação entre a definição do ator como explorado e inclinação à participação, sendo uma espécie de colonização da ação sindical nas *poblaciones*; (B) Participação Populista, interação entre o polo da exclusão e o da participação, sendo uma afirmação da necessidade de reconstituição do espaço político pré-golpe, que permitia a participação dos *pobladores* como cidadãos; (C) Defesa Comunitária, dada pela relação Exclusão/Ruptura, lógica que se identifica com uma defesa da vida contra uma ordem considerada como injusta, aspira-se à integração do grupo como povo, sendo a expressão mais presente nas *poblaciones*, o sustento das redes de organizações locais e dos protestos morais que afirmam a dignidade e solidariedade do povo, sendo o principal articulador desta lógica a Igreja Popular; (D) Ruptura Revolucionária, dada pela Exploração/Ruptura, que se afirma a partir da revolta do povo explorado ou privado de trabalho frente ao Estado, no qual se reivindica a violência política como instrumento para construir uma nova ordem social.

A ação reivindicativa dos *pobladores*, cuja manifestação mais clássica é a tomada de terrenos, é a que marcou a aparição do movimento na sociedade chilena. Nela, os *pobladores* não aparecem como portadores de um projeto, uma utopia ou uma organização política autônoma, mas o fazem como uma força que reivindica frente ao Estado sua integração, o qual coopta parcialmente os grupos marginais. É o que se conheceu como Estado de Compromisso chileno. Porém, a ditadura desmontou este sistema que outorgava centralidade aos partidos no processo de mediação frente ao Estado. Com isso, os *pobladores* começam a acentuar sua desorganização e atomização, mal têm tempo para sobreviver, organizam-se

para obter ajudas urgentes, sem uma noção de um futuro comum, e viram uma massa dispersa e dependente.

A Participação Populista, que busca reconstruir um vínculo de pressão e dependência frente ao Estado, estabelece uma autodefinição do mundo *poblacional* como comunidade excluída e privada de mecanismos de expressão, assim como de meios de integração no sistema político. Nessa ação, o ideal democrático é fraco, e o ódio à ditadura não se traduz necessariamente em aspirações democráticas. O que prima é mais uma nostalgia do modelo populista que permitia canalizar as demandas *poblacionales*, que foi erradicado pela ditadura militar.

A Defesa da Comunidade seria uma forma de recuo protetor, um apelo à resistência interna. Para resistir às consequências econômicas e sociais do regime é preciso afirmar e se apoiar na comunidade, ou seja, na experiência local dada por compartilhar uma marginalidade comum. Apoiada no cristianismo popular, a ação comunitária busca se contrapor à tendência “natural” à anomia e à desorganização social próprias de setores excluídos. A representação das relações sociais é feita em termos morais: a ditadura é um novo episódio de martírio do povo. Porém, não representa um projeto de futuro, é mais uma reação defensiva contra a miséria e a anomia, embora seja a ação com mais presença no mundo *poblacional*.

A Ruptura Revolucionária que promove a mudança do sistema social como um todo é vista pelos autores como uma forma extrema de voluntarismo. Em nome de um projeto político superior, ultrapassam-se os interesses imediatos, as definições reivindicativas e a ação comunitária dos *pobladores*. Estes nem são os principais protagonistas dessa mudança, esse papel é dos trabalhadores. A questão democrática fica também num segundo plano frente à questão do socialismo. A violência social espontânea trata de ser traduzida numa linguagem política pelos militantes, outorgando a ela uma posição central na mudança possível.

Embora as quatro lógicas formem um sistema, elas estão desarticuladas, e cada tipo de ação se identifica com uma estratégia política opositora que tende a ampliar a desunião da ação dos *pobladores*, distanciando o social e o político. Cada lógica se separa na teoria e na prática definindo a um ator, apesar do seu poder de mobilização, incapaz de se constituir como um movimento social articulado. Ao mesmo tempo, o Movimento de *Pobladores* é incapaz de hierarquizar suas ações e reivindicações, suas estratégias, assim como constituir um projeto geral.

Nem ‘pura’ classe social, nem ‘pura’ comunidade, nem totalmente integrados à nação, nem totalmente em ruptura, os *pobladores* estão situados em sistemas de referências múltiplos, circulam entre um e outro e, apesar de uma situação insuportável, apesar do seu peso demográfico, apesar de suas capacidades de mobilização que não faz deles uma massa alienada e apática, eles não se constituem um movimento social construído por um modelo de relações sociais, uma identidade relativamente homogênea e um projeto. Mas eles não formam tampouco uma dessas massas anômicas e mobilizáveis por uma contra-elite ou por um Estado, como essas que descrevia Germani. Eles são ao mesmo tempo mais e menos que isso, eles são um ator desarticulado (DUBET et al., 1989, p. 55)

Ator desarticulado, o Movimento de *Pobladores* é incapaz de constituir um movimento social, ou seja, de pôr em questão o sistema cultural imperante oferecendo uma alternativa com normas novas. Embora os pesquisadores de SUR insistissem em afirmar que isso não significava subestimar a importância dos *pobladores* para a sociedade chilena, sua limitação para constituir um “verdadeiro” movimento social foi a principal conclusão do estudo.

Se nós aceitamos definir um movimento social como uma ação de classe confrontando uma dominação social a fim de garantir um

controle e uma participação aberta à produção e à organização da sociedade, os *pobladores* não são um movimento social. Mas este julgamento analítico não é nem um julgamento de valor, nem um julgamento histórico. Ele não implica que a ação dos *pobladores* não seja importante e que ela não possa desempenhar um papel considerável na sociedade chilena (DUBET et al., 1989, p. 57).

Todo movimento social possui lógicas diferentes na sua ação, mas o que define sua força é sua capacidade de articulação. Isso é o que faz do Movimento de *Pobladores* um movimento paradoxal: embora possua uma forte experiência de vida em comum e apresente uma grande rejeição ao regime ditatorial, suas orientações são extremamente diversas. Por um lado, são expressivas demais; por outro, instrumentais demais. Os *pobladores* não possuem um princípio de ação central que outorgue estabilidade ao movimento, ou seja, há mobilizações sem movimento, são uma soma de reivindicações de diferentes tipos, não possuem um projeto de organização da sociedade, se balançam entre a dependência e a autonomia, e o social e o político estão divorciados na prática.

Por causa de sua exclusão e de sua marginalidade, nunca os *pobladores* têm podido constituir um movimento social real, e é só de maneira metafórica e ideológica que alguns têm chegado a analisar as lutas dos marginais nos mesmos termos que uma ação de classes ou o movimento operário. Da mesma maneira, nunca a luta dos *pobladores* pôde ser identificada como uma luta revolucionária capaz de impulsionar uma mudança de tipo de sociedade (DUBET, 1987, p. 98).

No caso dos protestos, mais que manifestações políticas, eram resistências comunitárias fronteiriças com ações desviantes. Em certa medida, eram manifestação da anomia e do desespero provocado pela exclusão, tendo o efeito de isolar as *poblaciones* do

resto da sociedade e de alimentar ainda mais o mito das classes perigosas.

Mais profundamente, os *pobladores*, enquanto tais, não possuem consciência de classe, não se definindo por sua oposição à um adversário social e não possuindo um projeto de sociedade autônoma. Suas representações das relações sociais são muito mais organizadas em termos de distância social e de exclusão que de conflito; seu interlocutor não é uma classe, mas um Estado do qual podemos nos distanciar pela revolução ou pelo isolamento comunitário, mas que resta sempre interpretado como o único agente possível da integração (DUBET et al., 1989, pp. 176-7).

Para Eugenio Tironi (1987a, 1987b) o Movimento de *Pobladores* era incapaz de gerar uma identidade coletiva duradoura, pois suas formas de ação eram defensivas e, mais que um movimento social, era um movimento de militantes que não encontravam os caminhos para construir uma prática de representação num Estado autoritário. Embora adaptados à modernidade, sua inclusão não era total, pois experimentavam formas de marginalidade econômica, social e política. A marginalidade cobra centralidade até nas discussões sobre democracia, e não como se compreendeu anteriormente com DESAL, ou seja, como um mundo marginal totalmente excluído da sociedade moderna. Para Tironi, os marginalizados estão parcial e diversamente integrados/excluídos à sociedade. A principal ameaça para a sociedade chilena é a desintegração social encarnada nos *pobladores*. A “revolta dos *pobladores*” é a expressão desse sentimento de exclusão frente a uma ordem social na qual não podem participar legitimamente. Porém, os *pobladores* não têm condições de transformar sua revolta numa ação social organizada, nem numa demanda de mudança consistente, daí as formas violentas com as que se expressa seu protesto. O movimento de *pobladores* é um movimento antissocial:

No caso que estamos estudando dos *pobladores* nos encontramos primeiramente com a desarticulação entre as orientações ofensiva (a ação reivindicativa) e defensiva (a ação comunitária); e, em segundo lugar, com uma situação onde um e outro tipo de ação encontram obstáculos que levam ambas a um ponto crítico. Nestas circunstâncias parece difícil, por exemplo, se referir aos *pobladores* como um ‘movimento social’. Em efeito, a crise da ação reivindicativa e os limites do comunitarismo desembocam num fenômeno que corresponde bastante aproximadamente ao que Touraine denomina, às vezes genericamente, como um ‘anti-movimento social’, cuja expressão mais patente é a violência (TIRO-NI, 1986, p. 30).

Embora, com os protestos, os *pobladores* conseguiram visibilidade, ela era espectral, pois sua ação carecia de articulação suficiente para que pudessem deixar sua marca na edificação de uma nova ordem democrática. Essa falta de articulação os transformava em incontroláveis, o que não impedia que pudessem estar “em disponibilidade” para passar da apatia a um tipo de mobilização até milenarista. Por isso, a classe política precisava contribuir para que a “agitação nas *poblaciones*” virasse ação estruturada, e para isso tinham que deixar de compreender os *pobladores* apenas como ameaça à ordem democrática e incorporar a questão da integração social à nova arquitetura democrática por construir.

O estrato *poblacional* onde com maior força se expressaria esta tendência à desarticulação seria a juventude (VALENZUELA, 1984, 1986). Sendo o setor que mais participou dos protestos populares, a rebelião na qual os jovens participaram poderia ser vista como o sintoma mais claro da frustração frente à modernização, a qual ameaçava com introduzir uma situação de desintegração cultural e da vida coletiva e, ao mesmo tempo, de atomização das relações sociais, produzindo anomia. Com a introdução do conceito clássico de anomia, Eduardo Valenzuela buscava expressar a

ausência normativa produzida pelo império das relações de mercado no Chile neoliberal. Os jovens teriam concentrado os efeitos da crise industrial e do ajuste estrutural da economia: desarticulação do mundo laboral, frustração educacional, desequilíbrios familiares e exclusão política. Com o bloqueio dos principais mecanismos de integração à sociedade para os jovens do mundo popular, prevaleciam espaços de sociabilidade pouco estruturados: o mundo das ruas. Os jovens possuíam relações privadas e de trabalho pouco duradouras, fugiam do entorno familiar, viviam um ócio forçoso etc. A anomia seria o resultado da própria modernização neoliberal e não o produto da decomposição de estados tradicionais, provocando uma crise de identidade. Assim,

A rebelião dos jovens é o fruto destas condições: seu substrato será a crítica, mais ou menos consciente, da modernização e se expressará de muitas e diferentes formas, seja na generalização do uso de drogas e busca de evasão através do prazer imediato, seja na restituição dos nexos comunitários (as comunidades cristãs de base), seja como recuperação de princípios de identidade coletiva (o *allendismo*) ou simplesmente como revolta anômica, ou seja, como agressão desestruturada contra a ordem social (VALENZUELA, 1984, p. 51).

A visão do autor será em boa parte coincidente com a de outros que tomaram como objeto os jovens populares. José Weinstein (1988b), por exemplo, destacou o papel do que ele entendia como a juventude subproletária nos protestos populares.

Durante os anos 1983 e 1984 se produziu, nas grandes cidades chilenas, um fato social e político significativo: frente às sucessivas convocatórias a protestar contra o regime militar, formuladas pela oposição política, a juventude subproletária respondeu massiva e vigorosamente. Seu protesto consistiu numa série de ações

netamente ilegais e de caráter violento: barricadas, assaltos ao comércio estabelecido, enfrentamentos com a polícia, manifestações nas ruas, destruição de certos símbolos da ordem, incêndio de locais do governo, apedrejamentos contra os ônibus... Estes jovens se apropriaram do espaço de suas *poblaciones* marginais e desenvolveram um conjunto de ações de desobediência que foram para além das intenções e as orientações dos dirigentes políticos da oposição. O balanço dos Protestos Nacionais, desde o ponto de vista das atividades de oposição, como do número de vítimas da repressão, deixou em evidência o papel que jogou a juventude subproletária nesta conjuntura política (WEINSTEIN, 1988a, p. 5).

A novidade proposta por este protagonismo juvenil estabelecia como desafio a caracterização deste grupo geracional. A juventude popular teria vivido um processo de desproletarização, não pertencendo ao setor formal do emprego e não recebendo nenhum tipo de assistência do Estado, oscilando entre o desemprego e o subemprego. Os jovens seriam vítimas e beneficiários da modernização, pois se por um lado eram os mais atingidos pela crise de habitação e de emprego, foram uma geração significativamente mais escolarizada e com acesso a meios massivos de comunicação, o que aumentou a brecha em relação a seus pais, mas consolidou nexos simbólicos com os membros da sua própria geração (WEINSTEIN, 1991). Porém, ao mesmo tempo foi uma geração que se socializou no medo ao Estado, com um sentimento de indefensibilidade frente às ameaças e sem resguardos institucionais, desconfiando das escassas instâncias de participação oferecidas pelo Estado (WEINSTEIN, 1988b). Esses jovens tinham uma inclinação às soluções individuais mais que coletivas, primando uma adaptação atomizada, apesar da existência de uma minoria politizada nos bairros populares. Nesse contexto, era difícil a elaboração de uma plataforma reivindicativa frente a um Estado ausente

e acoessor, e o descontentamento contra ele se expressava como rebeldia militante ou desviada (droga, delinquência) na ruptura, mas sem meios cotidianos para expressá-lo. Daí a importância do protesto para esses jovens: eles eram manifestações massivas, territorializadas, violentas, geracionais, inorgânicas e viscerais. Esses protestos expressariam os efeitos da marginalidade sobre a ação coletiva: em face ao bloqueio dos mecanismos de participação como grupo, a tendência é a ação extrainstitucional. Sua situação de exclusão e menor responsabilidade social os inclinaria a uma maior aventura e risco, e, ficando fora do jogo reivindicativo, suas ações eram globais (rebelião frente ao regime) e imediatadas. Eles não podiam esperar, e seu principal grito era: “*morir luchando, de hambre ni cagando*”. O protesto não expressava um projeto; antes, era a manifestação de descontentamento frente a uma situação geral de múltiplas privações. Assim, os protestos eram:

Violência visceral, mas também inorgânica. A participação massiva tem lugar com espontaneidade e não é canalizada por grupos mais organizados e permanentes. A participação se apoia, antes de tudo, sobre o ‘tecido’ informal no qual o jovem subproletário se move cotidianamente: seu grupo, constituído por seus pares. Embora haja, na base da mobilização dos jovens, uma ‘organização’ anterior, se trata em realidade de grupos naturais, formados por amizade, fundamentalmente masculinos, nos quais passam o tempo vazio do dia. Os diferentes pequenos grupos que agem não estão estruturados em função de suas atividades nem estão relacionados entre eles (WEINSTEIN, 1988b, pp. 49-50).

Segundo Valenzuela, as orientações dos jovens populares estariam dadas entre os não organizados pelo retraimento (drogas) e a rebelião (revolta) e entre os organizados pelo refúgio comunitário (comunidades cristãs) e a mobilização (radicalismo). Como consequência, a mobilização dos jovens careceria de princípios po-

sitivos de ação, seria essencialmente negativa, com pouca identidade e sem projeto histórico de sociedade. A maior parte dos jovens que participavam dos protestos não estavam organizados, incluindo viciados em drogas e delinquentes, por isso o protesto tomava mais a forma de uma revolta contra a sociedade organizada, de caráter radical e em oposição à institucionalidade. Basicamente, a rebelião dos jovens era uma revolta anômica, uma mobilização inorgânica de agressão contra as instituições sociais.

Resulta interessante ressaltar que, embora absolutamente coerente com as leituras de inspiração tourainianas, a interpretação de Valenzuela ressuscita também com mais força a teoria da marginalidade. O termo anomia em particular figurava frequentemente nas análises dos grupos “marginais” urbanos na América Latina (MORSE, 1971). Sem dúvida, no diagnóstico de incapacidade de articulação de uma ação estruturada, existe uma proximidade entre os autores aqui revisitados e os teóricos de marginalidade, embora mais sofisticada, pois nesta última se negava a capacidade de organização popular; porém, com isso aparece também uma ruptura com o teórico inspirador destas interpretações. Alain Touraine (1989) sempre se negou a compreender as *poblaciones* como o lugar da desorganização ou da anomia, rejeitando as leituras da marginalidade (TOURAINÉ, 1976), mas valorando o conceito de *Cultura da Pobreza* de Lewis como uma das manifestações possíveis a ser encontradas nos bairros populares da América Latina.

Um seminário organizado pela CLACSO e pela Universidade das Nações Unidas, em 1985, em Santiago do Chile, sobre os movimentos sociais e a luta democrática, do qual participaram, entre outros, Guillermo Campero, Vicente Espinoza e Eduardo Valenzuela, teve como principal conclusão o seguinte:

As mobilizações e lutas em que se involucram os grupos sociais mencionados [trabalhadores, *pobladores*, mapuches, jovens, etc.], embora os profile como agentes ou sujeitos dotados de certa ca-

pacidade de intervir coletivamente na vida social – o que permite se referir a eles como atores – não parecem ainda ter dado constituição consistentemente a movimentos sociais propriamente tais. Em efeito, quase todos eles possuem uma definição de identidade mais ou menos distinguível, mas ela está marcada amiúde por um sentido defensivo, o que os limita para jogar um papel mais dinâmico.

Portanto, não se manifestam ainda como portadores de uma imagem alternativa de sociedade suficientemente nítida e compartilhada, capaz de ser proposta e percebida como convocante para o resto da sociedade. Em consequência, todos eles são atores com uma orientação antiautoritária definida, mas seu sistema de oposições e de alianças não está claramente comandado por uma estratégia de transformação e por uma lógica persistente de jogar um papel central na sociedade.

O anterior não sugere que, no quadro de condições geradas pela situação de relativa inorganicidade estrutural e política e de obstáculos à legitimação da ação coletiva, as mobilizações sociais que surgem com a politização se definem ainda – sobretudo – como lutas **antiautoritárias**, mais do que como anticapitalistas ou pró-socialistas, por considerar apenas um exemplo indicativo.

Esta hipótese geral indica que as mobilizações são principalmente **lutas para enfrentar a exclusão**, seja esta econômica, sócio-política ou cultural. Naturalmente, cada setor social específico manifesta distintas potencialidades de superação desta condição mais bem defensiva (CAMPERO, 1986, p. 15).

Para o autor referido acima, a ditadura fracassou no seu intento de fundar uma sociedade sem atores sociais, e os protestos foram prova da reemergência de dinâmicas de luta coletiva, apesar

de todos os esforços do regime para neutralizá-las. O alto grau de espontaneísmo que primou nos protestos permitiu a convergência dos setores que conservavam mais organicidade (sindicatos) com os mais dispersos e atomizados (jovens e *pobladores*). Na base deste processo de reconstituição dos atores sociais, estava a crise econômica (1981) que levou também a uma crise do projeto social do regime. Com a reestruturação econômica, desenvolvia-se uma massa marginal urbana excluída e empobrecida que, porém, não dava origem a um novo ator social concreto. As mudanças na estrutura social não teriam dado procedência a novos atores, pelo contrário, teriam enfraquecido os já existentes (trabalhadores). Com a crise, teriam perdido centralidade os movimentos propriamente classistas e se massificaria um segmento social informalizado e, como tal, altamente inorgânico, heterogêneo e apenas subsistente. As *poblaciones* chilenas seriam o lugar onde se expressariam mais fortemente estas formas de exclusão, porém os *pobladores* não desenvolveriam uma consciência coletiva enquanto expulsados da sociedade. Embora existissem traços de identidade territorial e política, ela não seria suficiente para gerar uma matriz cultural e política internalizada ao modo de uma identidade comunitária (CAMPERO, 1987a). Os *pobladores* se consideravam vítimas da crise econômica e não de um apartheid social, por isso sua oposição à ditadura não se expressava como uma ruptura com a sociedade. Eles estavam tensionados pelos estímulos à ruptura e sua vontade de integração social, debatiam-se entre sua identificação com a *población* e sua aspiração social de sair dela. Os *pobladores* às vezes agiam dentro do sistema e outras vezes fora: se a exclusão estimula formas de rupturismo, as organizações de autoajuda promovem a integração.

Para Campero (1987b), também o Movimento de *Pobladores* se debatia entre duas lógicas globais de ação: a sobrevivência e a ação política. A primeira não consegue transcender o defensivo e a segunda não consegue superar a separação entre o ativo políti-

co (os militantes) e as bases sociais. Nenhuma delas consegue uma ação representativa nem articuladora das outras práticas, aliás, são formas de particularismo. Apenas uma oferta política que formule um exercício de integração e participação terá possibilidades de que a demanda dos *pobladores* se encontre com ela. Se isso não se concretizar, é possível que os *pobladores* continuem no isolamento.

Este ‘tecido social’ *poblacional* parece ser então uma coluna vertebral que insiste em persistir como energia da sociedade frente à força centrífuga do militarismo e do mercado ‘selvagem’. Mas esta energia, como veremos no estudo, não é apenas de resistência, de refúgio no ‘apartheid’, mas também de luta pela reintegração, de luta por vencer a segregação; assim, em nossa hipótese, desde a luta pela sobrevivência até aquela definidamente política, a ação social dos *pobladores* está atravessada e tensionada por essas duas dimensões: a de recuo a um comunitarismo defensivo, que pode também se manifestar na violência ativa, e a de se rearticular a um processo de coesão social global, ao qual sua memória histórica e a persistência de um sentido político de cidadania lhes impede renunciar (CAMPERO, 1987a, p. 36).

O mundo *poblacional* e sua ação não são homogêneos. A ação de sobrevivência e a ação de mobilização social e política são duas dimensões que não mostram uma articulação estável entre elas, embora possam existir momentos conjunturais e parciais de integração, também graças aos esforços da Educação Popular por mediar estas duas orientações globais de ação.

A ação de sobrevivência comunitária está na base da ação *poblacional*, é uma ação coletiva de ajuda mais que reivindicativa e não se define por objetivos de pressão ante a autoridade pública. Os grupos são mais espaços de refúgio e de defesa diante dos efeitos desintegradores da exclusão social, tomando a forma de núcleos de

sobrevivência moral frente à exclusão. A ação de sobrevivência é menos político-revindicativa e mais simbólico-expressiva.

A ação política está sempre presente no movimento, mas como tensão. O exemplo mais patente disso são os intentos de Coordenação Metropolitana, que buscavam dar organicidade a partir de uma condução política, mas que nunca conseguiram a representatividade do movimento. Existia uma distância entre lideranças e bases; os primeiros, embora fossem a dimensão permanente do movimento, muitas vezes sobredimensionaram as oportunidades políticas abertas em 1983 e foram incapazes de conciliar as diferentes tendências presentes no movimento.

Por outra parte, os *pobladores* seriam um ator marcado pela heteronomia, ou seja, sua situação e ação apareceriam como objetos construídos a partir de fora por agentes externos. Quanto menos constituídos como categoria social estável, mais dificuldades teriam os *pobladores* para construir por si próprios elementos precisos de autodefinição. Quando a base de autorreferência de qualquer movimento é fraca, mais vulnerável é a intervenção de agentes externos. Precisamente porque na ação dos *pobladores* não surge com clareza um princípio que os unifique, daí mais peso adquirem as racionalizações externas. A heteronomia é vista por Campero como um aspecto negativo, pois pode chegar a obstaculizar a conversão do Movimento de *Pobladores* num movimento social, ou seja, um movimento com autonomia e capacidade de transformação das relações sociais. A condição de heteronomia do movimento gera novas tensões, particularmente com os agentes organizadores externos que afirmam uma ideologia da independência dos grupos, ao mesmo tempo que se amplificam as dependências do movimento em relação à sua própria ação e aos recursos que estes agentes representam. Porém, para o autor, os agentes externos tiveram o mérito de servir de pontes entre a experiência pré-73 e o movimento durante a ditadura. O apoio externo teria sido mais acumulativo que inédito, pois teria dado continuidade

ao investimento de promoção social anterior. Mesmo com enfoques e concepções diferentes, esses agentes beberiam da expertise institucional acumulada do período dos governos democrata-cristão e da Unidade Popular, continuidade que foi assegurada pela experiência militante de esquerda ou eclesiástica.

Estes antecedentes permitem que surjam rapidamente conexões e redes de relações entre a Igreja Católica, as instituições de promoção, os ativos políticos subsistentes e grupos de *pobladores* para enfrentar as consequências desorganizadoras da intervenção militar. Entre uns e outros existem experiências prévias, linguagens e metodologias mais ou menos compartilhadas que não obrigam a começar do zero. Tendo em conta o anterior se pode dizer que há um fio comunicante entre as tradições participativas que se desenvolveram na democracia e a situação posterior ao quebro de 1973, o que permitiu fazer uma ponte fundamental para recuperar uma capacidade básica de ação organizada entre os *pobladores*. Na construção desta ponte, o papel principal foi jogado pela Igreja Católica, em particular através da Vicaria da Solidariedade criada em 1976 e de suas outras agências de ação social. É muito provável que, por não ter mediado esta inversão, desde pelo menos uma década antes da queda do regime democrático, os efeitos desestruturadores sobre a organização *poblacional* tivessem sido maiores. Tem que se destacar o fato de que uma proporção importante (perto dos dois terços) das lideranças de organizações de base provinham de experiências de formação originadas antes de 1973, tinham vinculação com agências estatais ou privadas de promoção nessa mesma época ou exerceram responsabilidades nas *Juntas de Vecinos*, nos *Centros de Madres* e em outras instituições de participação social. Da mesma maneira, não poucos deles tiveram alguma militância política (CAMPERO, 1987a, pp. 56-7).

Apesar do destaque que fez Campero deste âmbito de continuidade do Movimento de *Pobladores*, um dos tópicos mais trabalhados entre os cientistas sociais da época foi a tendência à descontinuidade. Os *pobladores* se visibilizavam por irrupções que não pareciam ter relação umas com outras (ESPINOZA, 1984). Aliás, essa foi uma das principais preocupações deste sociólogo, que, embora ao longo de sua trajetória buscasse encontrar nesses fragmentos uma tipologia da ação coletiva (ESPINOZA, 1998), foi também um dos autores que compartilhou o marco teórico que negava a condição teórica de movimento social aos *pobladores*. Porém, na prática, suas interpretações, inicialmente coincidentes com o grupo tourainiano – ele foi um dos pesquisadores de SUR que aplicou a metodologia de intervenção sociológica aos *pobladores* – se distanciarão da leitura do “antimovimento”, e o autor se transformará em um dos referentes da leitura espacial que será revisitada na próxima seção.

Qual é a relação entre a política e os *pobladores*? – é uma das perguntas que move a reflexão do autor. Os protestos redefiniram a questão política nas *poblaciones*. Nos bairros populares, estava se fazendo política, o que se queria era derrubar a ditadura e seu sistema. De fato, “o impacto político da ação *poblacional* é notável, nem mais nem menos que uma mudança nas relações de forças em favor da oposição e contra o governo” (ESPINOZA, 1986, p. 36). Mas o desafio era passar do descontentamento à articulação com o sistema de representação política, dos gestos aos discursos e da condição de vítimas a de atores. Ou seja, como fazer para que sua ação política fosse mais instrumental, pois a agregação de reivindicações não constitui por si só uma proposta ou uma visão de totalidade. Porém, “ainda não é possível falar de ‘movimento popular urbano’ já que, embora tenha mostrado uma alta capacidade de questionamento à dominação, não é claro que isso desemboque numa mudança efetiva da situação presente” (ESPINOZA, 1986, p. 32).

Contudo, os protestos são um fato urbano: as manifestações e a repressão concentram-se nas *poblaciones*. Elas são territórios tomados, delimitados com barricadas, *fogatas*, valas ou qualquer outro mecanismo para impedir o ingresso da repressão. Nos protestos, o que prima é antes a expressividade que a discursividade; há uma percepção da política como demonstração de força. A política se encontra em estado primário de confrontação de forças, a linguagem é a ação (as barricadas, as pedradas, os comícios etc.), o que prevalece é a espontaneidade, embora a convocatória seja centralizada. Porém, os protestos ao mesmo tempo produzem o efeito de isolar as *poblaciones* do resto da cidadania. Os *pobladores* não figuravam como atores para os outros movimentos (sindical), por isso, com o esforço de construção de coordenadoras metropolitanas, o que se buscava era sua validação e reconhecimento como atores.

Entretanto, para o sociólogo chileno, se trata de expressões mais ideológicas que de estruturas representativas, já que enquanto não adquirem representatividade será difícil falar de movimento de *pobladores* como tal. Por um lado, embora os partidos recrutem militantes nas *poblaciones*, os militantes, mais que *pobladores* politizados, são transmissores da política dos partidos nas *poblaciones*. Por outra parte, as organizações de subsistência, embora congreguem o maior número de *pobladores* organizados, são iniciativas geralmente atomizadas. A maior riqueza da atividade *poblacional* é ao mesmo tempo sua principal fraqueza: a enorme diversidade e heterogeneidade de organizações. Há praticamente uma organização para cada problema, o que dificulta a constituição de convocatórias comuns. Mas o que é interessante neste autor é que se, por um lado, adere à definição teórica dominante na época de movimento social, ele considerará que todos estes elementos mostram sua existência factual.

Definitivamente, é arriscado se referir aos *pobladores* como movimento nestas condições. Mas estão aí, se expressam e são um fato.

Um ator em processo de constituição, com muitas limitações tanto de sua própria estrutura como das condições sociais nas que se desenvolvem. Mas se expressam e agem avassaladoramente, embora não saibam muito bem onde sua ação pode desembocar. Os elementos que temos entregado, contribuem a precisar um pouco mais o sentido das dinâmicas de politização e mostram que além da heterogeneidade que as caracteriza ou da dispersão que as acompanha, há uma quantidade de elementos que tendem a adquirir coerência e a conformar os *pobladores* não apenas como um ator legítimo, mas também como um movimento com capacidade de criação histórica (ESPINOZA, 1986, p. 51).

Embora a visão do antimovimento social à la Touraine tenha sido hegemônica entre sociólogos e cientistas políticos, não foi unânime nas ciências sociais. Particularmente desde a história, se levantaram vozes críticas a esta perspectiva. Nesse sentido, foi particularmente exemplar o debate produzido ao interior de SUR entre o historiador Gabriel Salazar e o grupo de autores tourainianos com a publicação, em 1990, do texto *Violencia Política Popular en Las Grandes Alamedas*, onde Salazar (2006) tentou desenvolver uma perspectiva histórico-popular a partir da violência do povo, ou seja, uma epistemologia histórica do “baixo povo”, recuperando sua particularidade criativa enquanto ator. A pergunta do historiador chileno basicamente foi: como compreender as 22 jornadas de protesto popular organizadas contra Pinochet? Neles parecia evidente a emergência de um saber social que se relacionava com os brotos de violência popular anteriores na história social chilena, ou seja, uma constelação de “estouros” historicistas, uma explosão de raiva historicista eminentemente política, a qual foi entendida da seguinte maneira:

A política dos alienados ou marginalizados nasce ou renasce no momento preciso no qual eles iniciam por si e em si próprios a

desalienação ou a desmarginalização. A desalienação e a libertação constituem, sem dúvida, o elemento central do ‘poder histórico’ de todos os tempos. A política popular, enquanto construção de poder social, não pode senão se iniciar nos sujeitos e nas associações de sujeitos, para, uma vez consolidado isso como ‘movimento’, ir à *construção do Estado* popular. A política como esfera autocontida e situada fora e por cima dos sujeitos sociais é um conceito modernista que, usualmente, faz referência ao sistema de dominação capitalista (hoje, neoliberal). A História Social e o trabalho de todas as ciências sociais afins, no sentido de estudar a realidade dos sujeitos e a potencialidade de suas redes associativas e culturais, não tem como alvo ‘escapar da política’ para ficar no mundo dos ‘bárbaros’, mas *não* escapar da realidade concreta dos sujeitos populares para construir desde *essa* realidade seu poder concreto e a verdadeira política (que é aquela onde efetivamente se exerce a soberania popular e cidadã) (SALAZAR, 2006, p. 22).

O autor define como sua principal tarefa intelectual a contribuição para a formação de uma “ciência popular” ou “paradigma cognitivo popular”, baseado na memória coletiva, nas redes comunicacionais alternativas e na cultura derivada da autoconstrução de identidades marginais, como contraponto da “ciência oficial” (engajada com o neoliberalismo) e como resposta à crise do marxismo. Esta ciência popular partiria da experiência do povo e de formas orgânicas, como a Educação Popular e a atividade dos intelectuais das ONGs, e que encontra no movimento popular mobilizado contra a ditadura uma das suas principais expressões. Estamos frente a uma politização de baixo com possibilidades e capacidades para gerar um projeto alternativo de sociedade a partir de bases escassamente institucionalizadas, mas em movimento. Nos gérmenes da democracia local, no jornalismo popular, nos teatros populares, paulatinamente foi se criando uma ciência e uma política popular autônoma. Essa ciência popular teria dois contrapontos obstaculi-

zadores. Primeiro, a epistemologia dominante, a qual teria criado condições concretas para que o movimento popular chileno não pudesse formalizar adequadamente seu projeto social, ao defini-lo como um ator massivo e territorialmente inundante, mas estagnado, pré-moderno e sem estatura nacional. Segundo, a suplantação da esquerda, ou seja, as formas de intermediação do conflito social por projetos esquerdistas, dadas pelo profetismo popular criador de mitos propagandísticos (MIR) e o profetismo parlamentar de esquerda ou nacional-popular (PC e PS). Estas suplantações que pretendem tomar o lugar do verdadeiro ator popular transformariam sua epistemologia numa ciência reclusa que precisa ser libertada.

O movimento popular precisa de uma ciência que ilumine a cela estrutural, a ruptura do encerro e o caminho às ‘grandes *alamedas*’. Que ordene lógica e eficientemente a raiva popular. Que planeje a longitudinal dos instintos. Que se centre, de um lado, na valorização categorial e metodológica das particularidades (ou diversidades ou fragmentações); e, de outro, na valorização das rupturas, projeções e processos. Uma ciência da dinâmica social de humanização, não apenas das normas de funcionamento de um sistema estabelecido de equilíbrio social (SALAZAR, 2006, p. 52).

A ditadura teria destruído as formas mais visíveis de protagonismo histórico do movimento popular (partidos, sindicatos, intelectualidade), porém não conseguiu fazer o mesmo com as condições concretas sobre as que afluíam a classe popular e sua vocação historicista. O movimento popular, segundo o historiador, tinha um tecido com capacidade de autorregeneração, sua força latente estava intacta. Cada elemento da nova cultura popular criada em ditadura virava uma arma de luta e um elemento de ação subversiva contra o Estado. Cultivava-se uma predisposição ao protesto e à ação direta no mundo popular, especialmente en-

tre os jovens. Foi com os *pobladores* que os protestos ganharam mais força, nas *poblaciones* os protestos receberam massividade e expressividade social. Existiria um subsolo vulcânico na paisagem política popular no qual se acumulam as condições para sua eruptividade, e a ciência estaria chamada a cumprir um papel central na racionalização dessas condições de irrupção.

Esta visão do popular radicalmente autônoma e instintiva chocava diretamente com as concepções defendidas pelo grupo tourainiano, pelo qual a confrontação intelectual foi inevitável. Em relação às críticas que seu livro recebeu deste grupo, o autor chileno assinalou que o trabalho crítico dos intelectuais que defenderam a transição pactuada à democracia, do qual seus detratores formavam parte, foi demonstrar que o ajuste estrutural realizado pela ditadura se correspondia com os processos de modernização globais, ou seja, eram quase inevitáveis. Com as mudanças na estrutura social, que descentralizavam o papel da classe operária, seria impossível a repetição das condições que levaram à formação de um movimento revolucionário, como o que existiu até 1973, e mostraram que toda forma de violência popular era inútil ou uma involução anômica, assim como inúteis também eram as interpretações do neocomunitarismo.

Esta crítica teve um contexto, implicou uma leitura, uma argumentação e um tom. O contexto era a transição pactuada à democracia (ano 1991), processo liderado então por intelectuais ‘renovados’ de FLACSO (era o caso de Tomás Moulian de então), de ILET (onde trabalhava Guillermo Campero) e SUR (onde operavam Eugenio Tironi, Javier Martínez e Carlos Vergara, artífices da transição, e este autor, crítico daquela), ao que se adicionava o interesse da Fundação Ford (que financiou o projeto) em saber até qual ponto o movimento popular chileno poderia optar pela violência e por um projeto socialista na conjuntura da transição (1987-91). Era evidente que os involucrados no processo da

transição pactuada necessitavam destruir o que implicava o livro sobre a violência política popular (VPP em diante): seguir um caminho *diferente* a essa transição. Tratava-se da primeira colisão teórica e política entre o paradigma cognitivo ‘renovado’ e o do ‘humanismo crítico’ (SALAZAR, 2006, p. 17).

O papel intelectual de Alain Touraine e do grupo que aplicou suas teses aos movimentos chilenos não teria sido neutro na transição chilena. Segundo o historiador, as teses de Touraine permitiram à *intelligentsia* chilena pactuar a transição democrática prescindindo do movimento popular. Frente à crise vivida pela ditadura existiam duas saídas para o intelectual francês: o caos (jornadas de protesto irracionais) ou a ordem (adotando o modelo de modernização ocidental). Este último caminho foi o escolhido por esse grupo, mas ele implicava um acordo entre elites, tendo como custo a exclusão política da maior parte da sociedade. Logo, a crítica destes intelectuais contra o autor chileno era, para este último, uma crítica conservadora, pois buscava, em último termo, dar legitimidade teórica ao legado neoliberal de Pinochet. Numa publicação recente, Salazar (2013) traçará um paralelo entre o papel dos Chicago Boys, o grupo de economistas formados por Milton Friedman que aplicou a revolução neoliberal no Chile, com o destes intelectuais, os “*Touraine boys*”, por seu papel na teorização legitimadora da transição pactuada à democracia, que implicou a conservação do legado econômico da ditadura.

O retorno de Durkheim e Parsons [via Touraine] era, pois, absolutamente necessário, lógico e inevitável para os que queriam assumir a constituição neoliberal (ilegítima) de 1980 como ponto de partida de uma nova ‘ordem sistêmica’, desta vez absolutamente congruente com o modelo neoliberal vigente no mercado globalizado desde começos da década de oitenta. A legitimação tardia do sistema imposto pelo terrorismo requeria que as ‘elites diri-

gentes' do país (ditadura militar e políticos-intelectuais dispostos a 'negociar') se associassem duramente ao empresariado transnacional para se alinhar à corrente da modernização post-fordista. Sem essa associação estratégica, existiria caos, não apenas para o movimento popular (essencialista), mas para o mesmo golpismo militar (pragmatista). Apenas a modernização externa poderia salvar a um e outro (e aos sociólogos sistêmicos). E isso deveria ser assim mesmo ao preço de que a 'salvação' incluísse apenas a 'um setor social' (minoritário), deixando fora, 'em empobrecimento massivo', os setores majoritários da população. É impossível não ver aqui a continuidade e funcionalidade da sociologia chilena neo-sistêmica (inspirada em Durkheim e Touraine) com a necessidade de perpetuação e legitimação das 'criações' impostas pelo terrorismo militar no Chile e, por sua vez, com o mercantilismo exacerbado do reluzente e hegemônico capital financeiro internacional. Deste modo, para uma perspectiva histórica já decantada, a ditadura de Pinochet foi solicitamente assessorada, na etapa de construção, pelos *Friedman's Boys*, e na etapa de transição e democratização pelos *Touraine's Boys*. Os primeiros para consolidar o novo sistema como mercado interno e externo; os segundos, para legitimá-lo tardia, teórica e politicamente como 'sistema' neoliberal (aliás, 'a nova democracia') (SALAZAR, 2013, p. 57).

A contracrítica de Salazar tem o mérito de introduzir uma discussão fundamental para a compreensão de como as ciências sociais constroem teoricamente um objeto como os movimentos sociais. O debate intelectual que enfrentou o grupo de autores tourainianos e os "comunitaristas", sendo o próprio Salazar o autor mais radical desta última, está fortemente mediado pela conjuntura política da época. A polêmica sobre os *pobladores* continha de maneira embrionária as discussões sobre as condições nas quais se daria a transição democrática. É pertinente se perguntar, deste modo, se as perspectivas que negavam a condição de movimen-

to social não eram acaso uma negação do papel potencialmente inconveniente dos *pobladores* na transição democrática. Efetivamente, a leitura dos movimentos sociais em chave democrática nos anos 1980 continha também a preocupação com que os movimentos sociais não fossem obstáculos à democratização que eles próprios teriam possibilitado (CALDERÓN, 1986). Por outra parte, não cabem dúvidas de que existia uma simbiose entre a leitura destes intelectuais com a tendência política que se identificou com a transição pactuada à democracia e que se impôs sobre as vertentes mobilizantes (principalmente representada pelo PC) que sobredimensionavam o papel político a ser jogado por esses movimentos. Porém, este processo, na visão de Salazar, aparece mais como uma conspiração intelectual de negação da historicidade popular do que como resultado das interações entre determinadas conjunturas políticas e acadêmicas.

É claro que a negação da condição de movimento social ao Movimento de *Pobladores* tem consequências políticas e sociais, sobretudo para o próprio movimento. Se as ciências sociais coproduzem os movimentos sociais, também podem contribuir a desconstruí-los. Porém, a perspectiva do historiador peca por um construtivismo extremo, sobredimensionando o papel das ciências sociais na derrota dos movimentos sociais na transição chilena. No prólogo da segunda edição de *Violencia Política Popular en Las Grandes Alamedas*, dá a impressão de que a sorte da transição e dos movimentos sociais foi selada no lançamento do seu livro, quando foi foco das críticas dos intelectuais de FLACSO e de SUR. Salazar é um construtivista extremo ao atribuir também aos intelectuais um papel tão significativo na elaboração da “epistemologia popular”, já que o potencial transformador não se ativa porque ainda não se consolidou uma ciência popular, devido a esta quase traição da intelectualidade.

Ao afirmar que o papel intelectual dos *Touraine's boys* foi a legitimação teórica do modelo de transição defendido pela *Concer-*

tación de Partidos pela Democracia, coligação de centro esquerda que governou o país com o fim da ditadura, Salazar também confunde a trajetória político-intelectual de Eugenio Tironi com a de todo o grupo de pesquisadores que aplicaram as noções tourainianas de modernidade e de movimentos sociais. Efetivamente, Tironi foi um dos intelectuais mais destacados do grupo de antigos militantes do MAPU – partido de cristãos de esquerda que apoiou o governo Allende – que determinaram o signo da transição chilena, seja assumindo responsabilidades no executivo, seja como intelectuais orgânicos da *Concertación* ou como nexos entre o mundo privado e o público como *lobbyista* e assessor comunicacional de grandes corporações até hoje.

Por outra parte, Salazar também omite o que se definiu como “Renovação Socialista” no Chile – ou seja, a crítica moral à política, propondo uma renovação da política, fomentando os protagonismos populares sobre as vanguardas, privilegiando o movimento sobre o partido –, que foi um dos eixos fundamentais de sustento da *Concertación*, junto com ser uma das posturas políticas em simbiose com o *movimentalismo* dos anos 1980, assim como da Educação Popular (BAÑO, 1983b). Dessa maneira, uma das principais vertentes políticas que reconheceram a importância do protagonismo popular, ao mesmo tempo, foi indispensável para validar a transição democrática chilena.

Finalmente, Salazar atribui ao sujeito popular uma condição de dopados culturais pelo avesso, ou seja, eles são uma espécie de “emancipadores inconscientes”. A capacidade emancipatória está presente como um magma vulcânico no mundo popular, prestes à erupção historicista. Com isso, concebe uma construção instintiva do poder popular distanciada de partidos e instituições. O território popular estaria adubado por moléculas dispersas de soberania do povo prestes a germinar, de modo a criar um movimento popular que se reencontra com sua historicidade autônoma na ação direta sem intermediadores. Com isso, o autor constrói uma

versão idealizadora e essencialista do popular, que vem sendo criticada sistematicamente nos últimos anos dentro da historiografia (GREZ, 2005; LOYOLA, 2012), mas que nos anos 1980 já gerava questionamentos. Para Carlos Piña (1987), as interpretações sobre a identidade cultural das classes subalternas variavam entre a negação e a idealização. No caso desta última, o popular é definido como o potencial ou realmente oposto ou contestatório ao oficial, aquilo que contribui a criar um verdadeiro sujeito popular, e o que não entra nessa definição é visto como simples alienação. Porém, ele adverte que “será inútil se ilusionar com o resgate de alguma identidade cultural ‘pura’, sobrevivente nas catacumbas da resistência cultural, continuidade da solidez simbólica pré-hispânica e pré-capitalista: reedição de olhares saudosos do ‘bom selvagem’” (PIÑA, 1987, p. 281). Para o autor (1987, p. 289), não existe uma essência cultural do povo, o popular é definível só por relação, já que “não existem apenas dois blocos culturais, um dominante e outro dominado, correspondente cada um deles às duas classes que estão constantemente em aberto confronto. Como tem se afirmado, as diferentes identidades culturais, mais ou menos diferenciadas, se constituem sobre as bases materiais de uma divisão de classes que não correspondem necessariamente a uma expressão delas”. O problema que provoca o essencialismo é que se transforma em normativo, ou seja, interpreta o presente e pretende orientar o futuro sobre a base de um olhar externo. Assim, o estudo do social e a análise política derivam numa crítica moral ou numa desilusão fatual.

É possível construir uma crítica à leitura negacionista dos movimentos sociais sem cair numa idealização do popular?

O Movimento de *Pobladores* como construtor do espaço popular

Como alternativa às leituras comunitarista e do anti-movimento social, paulatinamente vai se consolidar uma interpretação

que outorgará à variável espaço um papel central na compreensão do Movimento de *Pobladores*. Sem dúvida, esta leitura respondia a uma insatisfação intelectual com as visões anteriores, mas não chegou a ser uma polêmica com confrontação direta, pois não se propunha a uma definição alternativa de movimento social, uma vez que tomava como um fato a existência do Movimento de *Pobladores*, destacando seu papel na construção de uma cidade democrática. A ação dos *pobladores* territorializaria a política, constituiria formas de poder local e permitiria contra-arrestar a tendência à segregação social das políticas urbanas da ditadura.

Alfredo Rodríguez (1983), arquiteto e urbanista ligado a SUR, será um dos pioneiros na recuperação da dimensão espacial e cotidiana da política da cidade. Para ele, existiria um desdobramento da democracia na vida diária e na apropriação do espaço urbano, não apenas como uma questão de carências, mas como tentativas de superação da dominação. Ainda mais se considerar que a ditadura tentou construir uma cidade da disciplina contra o caos, sob o princípio de que para conquistar uma cidade que conheceu a liberdade é preciso destruí-la. Para tanto, dispersaram e separaram a população, através da repressão e o mercado. A população foi segregada como forma de controle e modelação de uma cidade contrária ao que significou o auge do Movimento de *Pobladores* e do Estado desenvolvimentista anterior. Nesse contexto, a política urbana, o processo de regionalização e o de municipalização promovidos pelo regime respondiam a uma geopolítica militar que aparentemente aspirava à descentralização, mas que na prática fortalecia o poder central, fazendo mais eficientes os mecanismos de poder e de administração verticais. “Reordenando o espaço social da cidade, estabelecendo uma ordem vertical e, por outra parte, dispersando a população através do castigo e da repressão, se tentou reordenar o espaço social da cidade de maneira tal que fosse possível a apropriação individual, privada dos bens públicos”. Almejava-se, pois, à criação de “um novo espaço urbano que elimi-

nasce os sobressaltos, que revertesse o passado próximo de começos dos anos 1970” (RODRÍGUEZ, 1983, p. 26). Assim, os atores do “caos”, principalmente os *pobladores*, deveriam ser desarticulados, dispersados e suprimidos. Há uma política sistemática de castigo a estes, sendo apenas uma de suas expressões a erradicação dos *campamentos* que se localizavam nas zonas mais abastadas da cidade. O espaço urbano é mercantilizado e se suprimem os espaços políticos de reivindicação (desaparece, entre outros, o papel político do Ministério da Habitação). Com uma cidade do mercado, o regime declara que não quer mais proletários, mas proprietários (SILVA, 2012) e termina por converter a habitação não mais num direito, mas numa mercadoria.

Como contrapartida, a cidade vira um campo de luta, um lugar e objeto de disputas, onde o Movimento de *Pobladores* joga um papel central. Ao habitar a cidade, ele se reproduz, mas ao mesmo tempo se transforma. Para Rodríguez (1989), a própria trajetória do Movimento de *Pobladores* mostrará que sua principal bandeira de luta, a habitação, foi muito mais que construir uma casa, foi construir parte da cidade: “isto supõe que o objeto de preocupação do movimento popular urbano não é apenas o acampamento, a *población*, mas a cidade como uma totalidade concreta. Supõe desenvolver não apenas respostas parciais, conjunturais, mas um projeto de futuro, do que queremos: novas formas de construir a cidade; de objetivá-la e significá-la; de produzi-la e apropriá-la; de fazê-la e vivê-la” (RODRÍGUEZ, 1983, p. 54).

Paralelamente, esta questão implica que o Movimento de *Pobladores* precisa de um enfoque global que abranja também as formas como se organiza o poder na cidade, tanto na sua dimensão política enquanto governo como na sua dimensão social como vida cotidiana. O Movimento de *Pobladores* deve, portanto, incorporar a perspectiva do poder local. O trabalho social nas *poblaciones* e a educação popular tiveram o mérito de valorizar o cotidiano, as relações pessoais, as pequenas redes, as capacidades próprias, em

resumo, a criação de movimentos no espaço cotidiano. Assim, o movimento deixa de ser apenas a organização dos “sem casa”, ganhando amplitude. Por outro lado, os protestos populares implicaram uma reconquista do espaço público, as diferentes formas do movimento confluíam e tomavam lugar na cidade, fomentando o sentido de territorialidade, e o espaço público é inundado de espaço cotidiano: “o que está na base das jornadas de protesto é um certo sentido da história como construção coletiva a partir de uma multiplicidade de pequenos atos simultâneos, quase anônimos, e que têm uma dimensão espacial”. Sendo que “isto muda qualitativamente as formas de fazer política, outorgando a ela uma dimensão espacial, territorial e um caráter concreto” (RODRÍGUEZ, 1983, p. 70).

Com a democratização, a questão territorial poderia ganhar mais força ainda, na medida em que o desenvolvimento de governos locais democráticos poderia permitir a inserção das organizações *poblacionales* nas estruturas de representação institucional (ESPINOZA et al., 1986). Embora não seria garantido que o problema da exclusão fosse resolvido com a democracia, os governos locais ofereceriam uma possibilidade de representação e integração democrática em escala territorial. O município é visto potencialmente como um espaço de representação eventualmente adequado para o setor *poblacional*. A construção de institucionalidade desde a base não seria sinônimo de cooptação nesta perspectiva, sob a condição de que o governo municipal estabeleça critérios de desenvolvimento democrático e os *pobladores* assumam sua capacidade de gestão e negociação de maneira autônoma.

A experiência sob a ditadura tem levado a fortalecer, entre os *pobladores*, dinâmicas de defesa comunitária e de busca insurrecional. O elemento comum de ambas opções é sua desconfiança na institucionalidade representativa. Isto poderia se constituir como um obstáculo à conformação dos *pobladores* como atores

sociais. Uma das possibilidades das organizações de *pobladores* de se constituir como atores sociais é o desenvolvimento de formas de representação institucional no nível de seus próprios territórios (ESPINOZA et al., 1986, p. 65).

Apesar de possuir uma tendência aparente à descontinuidade e à irrupção desconectada, a trajetória histórica dos *pobladores* permite defini-los como produtores do espaço urbano. Assim é como os compreende Vicente Espinoza num dos textos mais influentes sobre *pobladores*: *Para una historia de los pobres de la ciudad*, de 1988. Nesse texto, a despeito das tendências teóricas que negavam a condição de movimento social, o autor rastreará o movimento de *pobladores* no começo do século XX, vinculando manifestações tão díspares como as organizações de locatários, suas greves e as tomadas de terrenos etc. Dessa maneira, define a constituição do grupo social a partir de sua própria ação histórica, pela análise de conjunturas de eventos específicos de produção do espaço urbano que alteravam as pautas tradicionais de ordenamento institucional e territorial. Um elemento privilegiado nesta análise é a relação entre os *pobladores* e a institucionalidade política desde seu questionamento mais radical até sua incorporação a ela. Com efeito, mesmo nas manifestações mais radicais de ruptura, como as tomadas de terrenos, estava presente o papel intermediador de agentes institucionais: partidos, Igreja Católica, autoridades etc. Em suas palavras:

Nesta história, apesar da aparência anti-institucional das ações dos pobres urbanos, elas sempre expressaram a reclamação de integração ao sistema de decisões. Por isso a política esteve presente desde sempre na história dos *pobladores*. Certamente a motivação imediata era a resolução dos problemas de habitação; mas ao reconstruir a história fica em evidência que, para além de motivações individuais, há pautas recorrentes na ação coletiva. A

principal delas, aliás, é a busca de participação institucional (ESPINOZA, 1988, p. 355).

É interessante destacar que a perspectiva defendida pelo autor está marcada por uma dupla ruptura; por um lado, com o grupo tourainiano do qual formou parte e, por outro, com a visão radicalmente autonomista de Gabriel Salazar. Espinoza não é negacionista, o movimento existe nos fatos históricos; nem é autonomista, o Movimento de *Pobladores* é influenciado pelo papel intermediador de agentes institucionais. Neste ponto, vale a pena destacar uma pesquisa que sem ser classificável como espacialista, enfatiza o papel dos partidos políticos de esquerda na construção do Movimento de *Pobladores* também numa chave de continuidade histórica. Trata-se do trabalho de Cathy Schneider (1995).

O movimento de protesto chileno de 1983-86, se não foi o precursor de um novo ator social, ou uma resposta imediata à crise econômica de 1982, foi mais que o produto de militantes políticos isolados que operavam fora das *poblaciones* marginais. Mais bem, a capacidade destes bairros urbanos para mobilizar uma resistência política massiva trás anos de severa repressão militar, radicava na herança política de décadas de trabalho na cultura popular e na formação de uma geração de militantes de base talentosos (SCHNEIDER, 1990, pp. 224-5).

Esta autora observará que os protestos não se distribuíram homogeneamente nos bairros pobres nem se concentraram nos setores mais atingidos pela crise econômica. Pelo contrário, o protesto ganhou mais força nos mesmos “bairros vermelhos” onde a esquerda tinha consolidado uma presença de longa data. Nesses bairros, a coesão social e a existência de uma disseminada rede de militantes permitiram que se mobilizasse uma resistência a grande escala, quando se produz a crise econômica de 1982. Porém,

Os militantes políticos não tiveram iguais resultados. Aquelas *poblaciones* que tinham sido organizadas ‘desde cima’, ou seja, por militantes externos ao bairro, encontraram mais dificuldades para manter a resistência depois de 73, em relação àquelas dirigidas ‘desde baixo’, onde os partidos políticos tinham estabelecido uma base orgânica. Esta diferença se pode ver claramente ao comparar as *poblaciones* que surgiram à raiz de tomadas de terreno ilegais dirigidas pelo MIR, e aquelas conduzidas pelo Partido Comunista (SCHNEIDER, 1990, p. 226).

Contrariamente ao que outros pesquisadores definiam como um “novo ator social”, que se diferenciava da experiência dos anos 1970, pela sua constituição autônoma por sobre a influência partidária (OXHORN, 2004), para a autora a sobrevivência do Partido Comunista em algumas *poblaciones* foi consequência de um enfoque conducente à aparição de “intelectuais orgânicos” de base, a qual permitiu a renovação dos dirigentes presos ou assassinados. A base do sucesso desse partido teria sido a geração de uma cultura popular nos anos anteriores ao Golpe de Estado.

Bernarda Gallardo (1986), autora ligada institucionalmente à FLACSO e que compartilhou vários elementos da leitura comunitarista, também desenvolverá uma interpretação que atribui ao espaço-*población* a condição de lugar de pugna em relação à definição do ser social do *poblador*, ou seja, é a *población* que cria o *poblador*. Este espaço condiciona o comportamento e as consciências dos seus moradores no princípio da organização da cidade: ao mesmo tempo em que os *pobladores* não são objetos inertes da dominação, eles resistem e projetam sua alternativa, o que os define como sujeitos coletivos. Isso é o que permitiria descobrir a inteligibilidade do processo histórico que fez das *poblaciones* uma entidade socialmente significativa. Eis também o desafio teórico que representam os *pobladores* para as ciências sociais:

O *poblacional* oferece um problema teórico-conceitual ainda pouco trabalhado. Socialmente aparece como possuindo uma realidade empírica indesmentível: existe uma materialidade poblacional (as *poblaciones*, os acampamentos), uma ‘vida poblacional’ (o conjunto de práticas e relações sociais que se desenvolvem na *población* e os sentidos culturais que as organizam); existe, por último, um grupo humano que socialmente é definido como ‘*pobladores*’ e que se reconhece como tal, que historicamente se transformou em sujeito de mobilização social e política (GALLARDO, 1986, p. 2).

Para ela, são as contradições que instala a atual cidade (moderna, industrial ou capitalista) com uma concepção do espaço como lugar e objeto de pugna social, o que outorga importância ao fenômeno *poblacional* e o que permite avançar na compreensão do conflito social que ele expressa. É a apropriação do espaço urbano o que compromete a definição mesma da identidade do *poblador*. Recuperando a tradição teórica representada por Henri Lefebvre (2010), Gallardo entenderá a especificidade do *poblacional* a partir da significação espacial que este fenômeno tem. A *población* é o primeiro elo de conexão com os problemas da cidade e da relação do espaço urbano com a dinâmica social. Com a ditadura, vai mudar o perfil do fenômeno *poblacional*, e este ganhará peso quantitativo (aumentará o número de pessoas morando em habitações precárias). As *poblaciones* começam a concentrar desempregados, a se deteriorar; por outra parte, o mecanismo da tomada de terrenos perde centralidade por causa da repressão, e os bairros populares começam a se fechar sobre si próprios – deixam de ser o espaço apenas de habitação e começam a ser um lugar de trabalho e sobrevivência. Politicamente, os *pobladores* ganham importância dentro da esquerda pela diminuição da classe operária e pela busca de novos sujeitos populares de transformação – a difusão da experiência do sandinismo nicaraguense é exemplo disso.

Porém, as ciências sociais continuam com as análises estruturais do fenômeno *poblacional*, ou seja, o compreendem a partir da sua inserção no aparelho produtivo, mostrando resistência ao incorporar o territorial como variável explicativa do conflito que sustentam os *pobladores*. Nessas leituras, o espacial é rejeitado por esconder o caráter de classe do fenômeno, sem compreender a relação entre espaço e dominação. Segundo Gallardo, os bairros populares exemplificam a estruturação do espaço da cidade por parte do regime, os *pobladores* são definidos como inimigos internos e são segregados para distanciá-los dos centros de poder e para controlá-los, para o qual se promove sua atomização e a perda de sua identidade coletiva (via remoções). Porém, isso gera diferentes formas de resistência, pois o espaço é suscetível de contrapoder, mediante a apropriação e o estabelecimento de “territórios libertados” (como nos protestos). A questão chave para a autora é que o desmonte dos mecanismos que produzem a cidade segregadora é também o desmonte dos processos de reprodução do sistema socioeconômico da ditadura.

É assim como podem chegar a ser compreendidas teoricamente como lugar de pugna social. Lugar de uma pugna social em relação aos princípios de organização da convivência social e em relação à definição da identidade *poblacional*. Em termos genéricos, nos referimos à disputa pela definição do ser social dos *pobladores*, a qual pode ser entendida como oposição à ordem, na sua estratégia de reproduzi-los enquanto massa subordinada, e aos *pobladores*, na sua tentativa de superar essa situação de massa segregada, se constituindo em sujeito coletivo, ator de relações sociais alternativas (GALLARDO, 1986, p. 73).

A segregação promovida pelo regime gera o efeito inesperado de estimular a constituição de uma organicidade baseada no territorial, aparecem formas de solidariedade que cimentam o

processo de constituição de uma identidade *poblacional* de caráter comunitário. A cidade segregada cria o germe de sua própria transformação.

O caráter segregativo da cidade é paradoxal, porque ao constituir as *poblaciones* como espaços urbanos homogêneos em termos de sua função e de suas funções, facilita a constituição de um sujeito poblacional coletivo. Neles os *pobladores* se encontram como iguais e como pertencendo a um mesmo todo; se descobrem como sujeito coletivo que comparte um mesmo presente de escassez e um destino comum. Referência territorial de sua identidade que é reforçada ou que se cimenta também no fato de que são controlados e vigiados pelo poder *enquanto pobladores*, enquanto moradores de um espaço urbano particular: as *poblaciones* e acampamentos populares. Referência territorial que também aparece no conceito de *pobladores* que nossa particular cultura nacional tem criado (GALLARDO, 1986, pp. 78-9).

Francisco Sabatini (1981) será particularmente enfático para criticar a tradição de estudos sobre a questão *poblacional* por não considerar a variável espaço. Nas suas pesquisas, em 1989, mostrará a existência de uma consciência fragmentada dos que participam das organizações *poblacionales*, assim como uma série de obstáculos à participação: as longas jornadas de trabalho, elementos da própria cultura popular (contraditória com uma consciência crítica), a preferência por relações com indivíduos (reciprocidade), problemas de liderança, a insegurança física etc. Mas, ao mesmo tempo, considerará indispensável a compreensão do movimento de *pobladores* não apenas pelo que é como também pelo que pode chegar a ser, tomando distância do que ele considera leituras excessivamente realistas que terminam por atribuir aos *pobladores* uma inclinação conformista.

Valeria a pena perguntar pelo efeito concreto das publicações inspiradas por este ‘realismo’. Estarão verdadeiramente ajudando aos que dedicam sua energia à ação orientada por objetivos de mudança? Não afirmo que a resposta seja necessariamente ‘não’; mas valeria que se tivesse em conta esta inquietude. É preciso cuidar que os ‘realismos’, por excessivos e unilaterais, não virem uma profecia que se cumpre por si própria. Não me parece que encontremos saída à crise com ‘realismo’ demais (SABATINI, 1989, p. 65).

Para Sabatini (1990), é preciso ter cuidado também com as leituras “aprioristas” e “mecanicistas”. As primeiras partem do suposto do caráter conservador, apático e desorganizado ou revolucionário, transformador e destruidor dos *pobladores*. O “mecanicismo”, por sua vez, estabelece um vínculo direto e linear entre pobreza e mobilização social, descuidando o fato de que a constituição do movimento é também uma questão hermenêutica e subjetiva. A participação em organizações de sobrevivência, por exemplo, não se dá exclusivamente por razões econômicas. Os participantes delas não encontram formas que em realidade lhes permitam sua manutenção, o que explica que seu compromisso com elas sejam fatores extraeconômicos: estas organizações forneceriam uma “segurança ontológica” frente às condições de deterioração provocadas pela crise. Desta maneira,

Parece, em definitivo, inadequado discutir *a priori* se os *pobladores* são apáticos ou agentes propulsores de mudança, fazendo abstração da dinâmica que possa produzir, entre outros fatores, a busca de segurança. Em definitivo, talvez influenciados pelo positivismo (estudo sobre as coisas são separados do que deveriam ser) ou pela velha prática de transpor conclusões desde as ciências naturais [...], muitas análises tendem a reduzir os *pobladores* à natureza animal que todos temos. Os impulsaria à fome, à falta

de habitação e outras necessidades fisiológicas cuja insatisfação acentuam determinados processos e contradições sociais. Seus comportamentos sociais e políticos poderiam se deduzir mecanicamente dessas realidades objetivas (SABATINI, 1990, p. 129).

Em geral, as diversas leituras que incorporaram a questão espacial ao fenômeno *poblacional* permitiram recuperar importantes elementos da trajetória do movimento, valorando positivamente sua contribuição à construção de uma cidade democrática e, ao mesmo tempo, outorgando um sustento teórico à importância política do Movimento de *Pobladores* para além da específica conjuntura da transição democrática. Embora não enfrentaram diretamente os desafios teóricos impostos pelas leituras tourainianas dominantes na época, permitiram uma renovação das temáticas e das referências em torno do Movimento de *Pobladores*. Questões como a territorialidade, o poder local, a segregação, são temáticas que irão ganhando força e centralidade nos debates urbanos das duas décadas seguintes, outorgando a este grupo de autores a condição de pioneiros de uma temática que virará dominante posteriormente.

Movimento de *Pobladores*, entre a novidade e a negação

A produção acadêmica sobre o Movimento de *Pobladores* durante a década de 1980 foi ampla e extensa, marcando uma renovação significativa do campo de estudos da questão dos atores urbanos, incorporando novos autores e referências, sendo o mais destacado Alain Touraine. O desenvolvimento dos diferentes estudos sobre esse ator social foi importante também, porque, nas diferentes polêmicas e divergências, expressaram-se algumas tendências marcantes na construção teórica dos movimentos sociais. As diferentes leituras se debateram num vaivém entre o pessimismo e o otimismo em relação ao ator social estudado. Dependendo

da conjuntura, passou-se de ênfases na novidade ou protagonismo do mundo *poblacional* a diagnósticos que mostravam sua ausência ou elaboraram laudos cadavéricos de um movimento que nem foi tão poderoso como se acreditava. Realmente existiram movimentos sociais de caráter urbano? Foram uma ilusão ou uma realidade transitória?

Mesmo na produção que negou a condição de movimento social ao Movimento de *Pobladores*, podem se encontrar elementos para afirmar sua existência. Embora o Movimento de *Pobladores* efetivamente não tenha definido os termos da transição democrática nem elaborado um projeto unificado de sociedade com normas novas, ele não apenas se mobilizou na ruptura contra a ditadura, contribuindo enormemente para sua desestabilização e para a aceleração dos processos de negociação para uma própria saída institucional, como também se mobilizou para votar massivamente contra Pinochet no plebiscito que pôs fim aos 17 anos de ditadura militar (a média de votação pelo “Não” a Pinochet foi maior nas *poblaciones* que no resto do país). Nesse percurso, os *pobladores* desenvolveram um riquíssimo repertório de ação coletiva, seja com as organizações de sobrevivência local, seja com as formas de resistência direta à repressão. Por que não considerar o que foi compreendido como diferentes lógicas de ação coletiva (comunitarismo, ação política etc.) ou diferentes projetos que disputaram a condução do movimento como elementos que enriqueceram o estoque de alternativas organizacionais do movimento, ao invés de eixos desarticuladores?

O que explica a oscilação entre o otimismo e o pessimismo acadêmico? O próprio Touraine considerava que parte importante das interpretações que exageravam o potencial político dos movimentos de pobres urbanos se explicava pela insatisfação de alguns intelectuais com as estratégias e formas de organização da esquerda tradicional. Os *pobladores* ofereciam um sujeito alternativo à classe operária para a realização das mudanças e, ao mesmo tempo, suas

organizações pareciam mostrar lógicas radicalmente democráticas em relação aos antigos vanguardismos e verticalismos da esquerda. Nos bairros populares, construía-se e antecipava-se localmente a democracia que se esperava conquistar para o país. Resultaria lógico que em face às leituras tão iludidas se consolidassem visões desmistificadoras, mas empiricamente não é difícil demonstrar que as mudanças prometidas não estão sendo cumpridas na prática. Porém, qual é o sentido de negar teoricamente a condição de movimento social aos *pobladores*?

Sem dúvida, a conjuntura política permeou as análises das ciências sociais sobre os movimentos sociais. A derrota da opção mobilizante frente à alternativa de negociação institucional na oposição à ditadura teve influência nos posicionamentos que os intelectuais e cientistas fizeram sobre o fenômeno que estudavam. Porém, resulta difícil aceitar a explicação de Gabriel Salazar que identifica neste processo quase que uma confabulação intelectual para negar o Movimento de *Pobladores* para assim legitimar a transição democrática nos termos do pacto realizado pelas elites. A conjuntura política atinge as conjunturas intelectuais, ainda mais quando o que está em questão é o estudo de um sujeito potencialmente determinante na primeira. Contudo, na consolidação de determinadas hegemonias intelectuais, estão presentes elementos próprios da lógica científica que ajudam a explicar o papel preponderante do pensamento de Alain Touraine.

Segundo Geoffrey Pleyers (2006), Alain Touraine sempre se caracterizou por um compromisso com as trajetórias de ação coletiva na América Latina, mas, ao mesmo tempo, se negou a cumprir um papel de intelectual orgânico dos movimentos. Suas intervenções marcavam uma distância crítica frente aos atores sociais e políticos, sendo seu método de intervenção sociológica a prova disso. Porém, a rigidez dos seus pressupostos de compreensão do que é um movimento social impediu que ele encontrasse um sujeito que fosse capaz de ocupar o lugar do movimento operário na so-

cidade industrial, agora na sociedade programada. Alain Touraine é um cético das expressões reais dos movimentos coletivos, mas porque cultiva uma definição idealizada de um sujeito social (ou movimento social) capaz de lidar com a historicidade de um modo tal que transforme as orientações fundamentais da sociedade.

Poderia se afirmar que tanto nas versões ineditistas (comunitaristas) como nas leituras negacionistas (o Movimento de *Pobladores* como anti-movimento social) o que está em jogo é uma idealização do sujeito de estudo. Os ineditistas, porque, a partir do comportamento do sujeito, atribuem uma série de potencialidades otimistas sobre seu papel na sociedade, e os negacionistas, porque partem de uma definição idealizada do que deveria ser um movimento social. Nos primeiros, há uma idealização indutiva, onde a prática é idealizada; nos segundos, uma idealização dedutiva, onde a idealizada é a definição teórica.

Agora, por que os pesquisadores que aplicaram ideias tourainianas ao estudo dos *pobladores* nunca questionaram uma definição teórica que não correspondia à realidade estudada? Até que ponto nas ciências sociais uma interpretação pode ser tão hegemônica que, mesmo quando empiricamente os fatos estão mostrando a existência de um movimento social, se persiste numa definição rígida e ambiciosa que desqualifica a expressão real do movimento?

As autoridades da ditadura militar não tiveram esses problemas teóricos; eles consideraram o Movimento de *Pobladores* como um movimento social extremamente perigoso para seus planos de aplicação e consolidação da revolução neoliberal em curso. Consequentemente, desenvolveram uma série de dispositivos repressivos elaborados especificamente para neutralizar os *pobladores*. Tal como mostra a pesquisa do *Comité de Memoria Histórica José Domingo Cañas* (2005), a ditadura transformou a *población* num campo de torturas e prisão política em si própria. Em cada protesto, os bairros populares sofriam intervenção militar, eram cercados, os homens eram retirados e obrigados a permanecerem duran-

te horas de pé, seus pertences eram quebrados ou roubados e suas lideranças sequestradas ou presas. Mas, mesmo assim, a ditadura fracassou no seu intento de desarticular a organização *poblacional*. Os *pobladores* conseguiram se transformar num ator fundamental de oposição à ditadura, desafiando seu domínio e desafiando as definições de parte importante das ciências sociais.